



Clipping

64ª Reunião Anual da SBPC

26/07/2011 a 27/07/2012

São Paulo
SBPC. Comunicação Assessoria de Imprensa
2012

27/7/2012 - Ciência e cultura, o que elas têm em comum?

A pergunta foi tema da mesa-redonda “Divulgação da Ciência e da Cultura”, realizada na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que termina hoje (27), em São Luís.

Para Ildeu de Castro Moreira, diretor de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e conselheiro da SBPC, o debate sobre a relação da ciência com a arte é muito importante porque são duas facetas fundamentais da cultura humana. “Ciência, arte e cultura têm em comum a criatividade inerente ao ser humano”, definiu. Ele explica que arte e ciência são atividades humanas e sociais baseadas na criatividade e curiosidade.

Físico e divulgador científico, Ildeu falou sobre o “imaginário científico presente na mente de artistas”, e explicou que a ciência também tem preocupação estética e guarda semelhanças com a arte. Para ele, há beleza nas teorias científicas. “Equações matemáticas e fórmulas físicas são lindas. Podem parecer chatas em sala de aula, mas contando com a ajuda do olhar de um artista é possível mostrar essa beleza. É preciso aprender a olhar a beleza da ciência, assim como temos que aprender a olhar muita coisa na arte contemporânea”, exemplifica.

Para Ildeu, as conexões entre ciência e arte são importantes para fazer a divulgação científica chegar mais facilmente ao público. Em sua exposição, ele mostrou manifestações artísticas que falam de ciência, dando exemplos de poesias, músicas, enredos de escolas de samba, ditos populares e cordel.

Público infantil - Em sua apresentação na mesa-redonda, Luisa Medeiros Massarani, jornalista e chefe do Museu da Vida da Fiocruz, no Rio de Janeiro, falou sobre iniciativas de divulgação científicas voltadas para o público infantil. “A experiência tem demonstrado uma grande receptividade das crianças, maior do que a de adultos e adolescentes. Principalmente devido à curiosidade da criança, que são consideradas como ‘cientistas naturais’”, explica.

Luisa falou sobre o crescimento de museus de ciências no País, que atualmente são cerca de 200, embora ainda estejam concentrados em algumas regiões. “Os museus têm apelo incrível para as crianças e são importantes também para o divulgador que vê na hora a reação da criança”, revela. Apesar de os museus terem grande parte do público formado por crianças, Luisa afirma que é preciso pensar em espaços específicos para elas, desde a redução do tamanho dos móveis até atividades interativas adequadas.

Ela defende que a criança deve ser encarada como ator social importante no processo de divulgação científica. “Falar de divulgação científica para criança não é falar de ciência unilateralmente, é preciso que a criança seja ator importante e protagonista do processo”, explica ao dizer que a experiência de uma feira de ciência, ou a visita a um museu fica na memória da criança e pode influenciar sua formação, além de provocar e despertar o interesse pela ciência.

A chefe do Museu da Vida citou exposições, livros e publicações voltadas para o público infantil. E destacou a importância de fazer avaliações junto às crianças depois dessas experiências, para saber qual caminho seguir.

Ildeu aproveitou para sugerir que artistas participem mais ativamente das reuniões da SBPC, não somente como um evento paralelo, como a SBPC Cultural, mas como integrantes de mesas e debates com os cientistas. A ideia é aproveitar o público da Reunião, que alcança 15, 20 mil pessoas para falar dessa relação.

(Jornal da Ciência)

27/7/2012 -Melatonina, o hormônio do escuro

Palestra apresentou resultados de pesquisa que estuda o papel desse hormônio sobre a resposta inflamatória. Aplicações podem ajudar a compreender melhor doenças como o Alzheimer.

Uma pesquisa de mais de dez anos, que está sendo realizada no Laboratório de Cronofarmacologia da Universidade de São Paulo, ajuda a entender a atuação da melatonina no corpo humano e como ela pode auxiliar na organização do corpo afetado por doenças crônicas. O estudo foi apresentado nesta quinta-feira (26),

durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso (SBPC), em São Luís.

Esse hormônio, normalmente associado ao sono por ser produzido na ausência de luz, é gerado naturalmente pelos seres vivos e atualmente se encontra também em compostos alimentares consumidos nos Estados Unidos e Europa (no Brasil, ainda não), além de ser comumente receitado para pacientes idosos, quando a produção natural de melatonina tende a cair.

Regina Pekelman Markus, doutora em farmacologia, professora do Instituto de Biociência da Universidade de São Paulo e diretora da SBPC, ressalta que é importante saber que a melatonina não induz ao sono e sim permite que os chamados "portões" desse estado sejam abertos, admitindo que os mecanismos do sono aconteçam mais rapidamente. Ela apresentou os resultados de uma pesquisa sob a melatonina que começou no fim dos anos 1990, mas que não está centrada no aspecto do sono e sim no processo inflamatório.

Detalhes - O trabalho, que rendeu publicações em diversas revistas, analisou o comportamento da melatonina, que, quando liberada pela glândula pineal, impede a adesão de leucócitos na condição de higidez (saudável). O estudo começou com a análise de camundongos, que foram infectados com o bacilo da tuberculose.

Foram comparadas as reações entre a cobaia normal e outra cuja glândula pineal foi retirada, que recebiam melatonina por meio da água que bebiam. Algum tempo depois, começaram as análises sobre a melatonina em inflamações humanas, a partir do leite retirado de uma mulher com mastite (inflamação no bico do seio).

No trabalho, foi descoberto que o próprio LPS, padrão molecular que sai das paredes das bactérias, "avisa" a pineal para parar de produzir melatonina e assim permite que a montagem da resposta inflamatória seja feita com a adesão de leucócitos. "Mostramos que o agente agressivo consegue ele mesmo baixar a melatonina e com isso permitir que a resposta contra ele comece", revela a pesquisadora ao Jornal da Ciência.

Mudança conceitual - A pesquisa descobriu que a melatonina também pode ser produzida localmente, na própria zona onde ocorreu o ataque, e, nesse caso, o hormônio teria um comportamento diferente do habitual, facilitando a adesão dos leucócitos. Regina conta que se trata de uma importante mudança conceitual.

"A glândula pineal era tratada como uma glândula que produzia o hormônio do escuro e que respondia a estímulos de luz. Nós estamos mostrando que ela responde a uma mensagem interna do organismo e nesse local a melatonina terá uma potente ação antiinflamatória", ressalta. Essa mudança se dá porque o líquido em volta das células da área afetada é baixo e a melatonina acaba tendo concentrações mais altas, com outros efeitos.

Entre as aplicações, Regina cita o caso de doenças que têm, entre seus sintomas, alterações na produção de melatonina. "O paciente com Alzheimer não tem melatonina, por exemplo. A descoberta abre uma nova perspectiva terapêutica, uma nova conceituação, que vai permitir não só usar derivados da melatonina de forma muito mais conceitual, como vai permitir abordar esse problema da organização temporal do organismo em doenças crônicas. Isso é importante porque existem algumas em que a melatonina é a primeira a cair fora" revela.

(Clarissa Vasconcellos – Jornal da Ciência)

27/7/2012 - Resistência à Belo Monte impede Xingu de participar da 64ª Reunião Anual da SBPC

Cadê o Movimento Xigu? Essa foi a pergunta de pessoas que acompanharam ontem (26) a conferência "Belo Monte: impactos sócio-ambientais e movimento Xingu vivo para sempre", realizada na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís

Explicando a ausência dos indígenas no evento, Edna Maria Ramos de Castro, socióloga do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (UFPA), mediadora da cerimônia, respondeu que as lideranças do Movimento não compareçam porque estão sob ação judicial pela resistência à construção da

hidrelétrica Belo Monte. “Em lugar da resistência, eles passaram a ocupar o lugar de defesa. Eles precisam se defender das ações do Estado”, explicou a socióloga, também diretora da SBPC.

O atual modelo com o qual o governo vem executando obras de infraestrutura no País esquentou as discussões ontem (26) na conferência “Belo Monte: impactos sócio-ambientais e movimento Xingu vivo para sempre”. Esse evento foi realizado simultaneamente com a conferência “Povos e comunidades tradicionais atingidos por projetos militares”, proferida pelo presidente do Programa Nova Cartografia Social, Alfredo Wagner de Almeida, também conselheiro da SBPC.

Segundo especialistas, o empreendimento deve gerar pouco impacto na criação de emprego, o prejuízo à população e à natureza é considerável, e viola os direitos humanos.

Energia para indústria de alumínio - O pesquisador Philip Martin Fearnside do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que ministrou a conferência, declarou que a construção da hidrelétrica terá sua energia destinada apenas para indústria de alumínio. O projeto, até então, foi desenvolvido para gerar energia elétrica para evitar “o apagão” no País.

O principal impacto será em Altamira, cidade alocada na área alta do Rio Xingu. “É uma cidade que tem invasão de água. Com o aumento da água da hidrelétrica a inundação na cidade vai subir um quarto (¼). Esse é um problema gravíssimo”, declarou. Belo Monte será construída também em barragens de terras indígenas – protagonistas na conservação da natureza.

Obras emergenciais do PAC - O pesquisador criticou o volume considerável de hidrelétricas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual prevê a construção de 30 barragens em dez anos, até 2020, na Amazônia Legal e 48 no Brasil. “É um ritmo muito acelerado. No caso da Amazônia Legal serão três barragens por ano e uma em cada quadrimestre”.

Ele recomendou o Brasil a investir na energia solar. Disse que o País é um dos poucos a usar o chuveiro elétrico, um dos principais consumidores de energia internamente, com 5% do total consumido.

O pesquisador do Inpa alertou que o Brasil não tem obedecido às normas da Convenção 169 - que exige consulta prévia de comunidades indígenas e outras quando foram prejudicadas por obras de infraestrutura.

Na avaliação da socióloga Edna, o discurso desenvolvimentista que envolve Belo Monte mostra uma “insustentabilidade do atual modelo econômico”, e se distancia do discurso da década de 1990 em defesa ambiental. “Mostra uma ação totalitária e de violação de direitos humanos”, declarou.

(Viviane Monteiro – Jornal da Ciência)

27/7/2012 - Uma leitura de antropólogos e sociólogos sobre o futuro da Amazônia

O enfraquecimento de agências multilaterais de cooperação internacional começa a ameaçar as políticas para conservação da Amazônia Legal. A afirmativa é do presidente do Programa Nova Cartografia Social, Alfredo Wagner de Almeida, que ministrou conferência ontem (26) na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís.

Sob o tema “Povos e comunidades tradicionais atingidos por projetos militares”, o antropólogo alertou sobre a ação de sete estados que buscam reduzir a Amazônia Legal, cujos projetos tramitam no Legislativo. Dentre os quais estão o Mato Grosso que prevê retirar a participação de sua área como Amazônia Legal, igualmente a Rondônia, que quer retirar esse título de suas terras da região. Outros estados como Maranhão e Tocantins querem tirar o título de todas suas áreas consideradas Amazônia Legal.

A região engloba uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², o equivalente a cerca de 61% do território brasileiro. Foi instituída com objetivo de definir a delimitação geográfica da região política captadora de incentivos fiscais para promoção do desenvolvimento regional.

“Essa é uma primeira tentativa de reduzir a Amazônia Legal, pois esses estados agora não gozam mais dos benefícios concedidos pelas agências internacionais multilaterais”, analisou Almeida, também conselheiro da SBPC e professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Segundo o pesquisador, os organismos internacionais, até então, eram fontes de recursos para programas de proteção à Amazônia. Tais como, o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), destinado à demarcação de terras indígenas, fomentado principalmente pelo governo da Alemanha. E o PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil). Foram essas políticas que fortaleceram a criação do Ministério do Meio Ambiente. “Sem o apoio das agências multilaterais as políticas para a Amazônia encolheram”, disse, sem citar valores.

Conforme o antropólogo, a decisão dos estados que querem sair da Amazônia Legal significa para eles “liderar mais terras segundo as quais consideram ser produtivas”, em detrimento da conservação das florestas.

As declarações do antropólogo são baseadas no dossiê “Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas”, produzido por Edna Maria Ramos de Castro, socióloga do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (UFPA), e diretora da SBPC, que intermediou a conferência. A íntegra do documento foi publicada recentemente no Caderno CRH da Bahia.

Terras indígenas - Na avaliação da autora do dossiê, os dispositivos jurídicos desses estados ameaçam as terras indígenas - protagonistas na conservação da biodiversidade que precisam da natureza para sobreviver. “São dispositivos legais, são claros na Constituição, mas essa prática pode levar a uma situação de impasse [da sociedade]”, analisou. Edna citou o caso da polêmica obra da hidrelétrica de Belo Monte que se tornou um ícone de um processo de resistência da sociedade brasileira.

Mudança de paradigma – O antropólogo fez uma leitura sobre o atual modelo político brasileiro administrativo. Ele vê uma mudança de uma política “de proteção” para uma “ideia de protecionismo”. “A distinção entre proteção e protecionismo revela em primeiro lugar o enfraquecimento das agências multilaterais internacionais”, disse. Segundo ele, o protecionismo “erige” fora do âmbito da proteção.

Do ponto de vista de Alfredo Wagner, os sinais de mudança refletem principalmente os desacordos na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2011 em Genebra. Na ocasião, houve sinais de ruptura de acordos internacionais - até então chamados de mercado comum. Um exemplo “é o engavetamento” da chamada Rodada de Doha, em razão de divergência entre as partes sobre subsídios agrícolas concedidos por países desenvolvidos.

Expansão da área militar e infraestrutura - O antropólogo lembra que no auge dos organismos multilaterais a área de segurança, isto é, a dos militares, não era fomentada porque não fazia parte de uma política de mercado único. Ele observa, entretanto, uma mudança a partir de 2009 quando há um deslocamento do modelo e problemas com os militares começam a aparecer, em decorrência da reedição de projetos de fronteiras militarizadas. “A partir daí inicia um capítulo de conflitos”.

Afastamento de fundos internacionais e órgãos reguladores – Segundo ele, o que mais sobressai na “ideia do protecionismo” é a identificação de recursos naturais estratégicos, como commodities agrícolas e minérios, que - sob o argumento de desenvolvimento sustentável - podem ser utilizados para o incremento de grandes obras de infraestrutura.

“Tudo passa a ser interpretado como interesses nacionais. A ideia de bloco vai perdendo força, o que pode explicar as próprias tensões no Mercosul, quando a Venezuela é levada ao bloco em momentos de crise. Esses interesses nacionais passam a se articular de maneira disciplinada sem passar pelas entidades multilaterais”, considera o antropólogo.

Segundo ele, atual ação do Estado brasileiro não passa pelas entidades multilaterais. Reflexo é o afastamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de duas normas estrangeiras. Uma delas é a Lei de Direitos Humanos

Internacional da OEA (Organização dos Estados Americanos). Ele lembra que o Brasil deixou de investir “nessa corte” a partir do momento em que a hidrelétrica de Belo Monte foi condenada pelo órgão. “O Brasil passa a ter uma posição unilateral, semelhante a dos norte-americanos na Guerra do Golfo”, observa o antropólogo. “A ideia do protecionismo vem de forma bastante forte”.

Alfredo Wagner também observa sinais de afastamento da Convenção 169 em que obriga a consulta prévia de comunidades prejudicadas por grandes obras de infraestrutura, por exemplo. Segundo ele, o Brasil é condenado a seis violações em projetos militares. Uma é pela construção do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) em comunidades quilombolas no Maranhão, sem licenciamento ambiental e sem consulta às comunidades “afetadas”.

Ele alerta também sobre quatro medidas preocupantes em andamento segundo as quais preveem a construção emergencial de hidrelétricas. Um exemplo é a Medida Provisória 558 de 18 de janeiro de 2012 em que prevê redução de unidades protegidas e de conservação de florestas sob o argumento de desenvolvimento. Segundo ele, o Ibama aprovou em apenas cinco dias uma minuta de termo de referência da Eletronorte para construção de uma hidrelétrica em São Luiz de Tapajós. Na prática, foi aprovado o plano de trabalho encaminhado para diagnosticar as obras. “Com o ritmo emergencial para essas obras parece que os direitos são colocados em suspenso”.

Recursos de inconstitucionalidade - Tal MP foi questionada pela Procuradoria Geral da República por uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade). O Ministério Público Federal considerou que as unidades de conservação nas áreas de hidrelétricas são essenciais para minimizar os impactos ambientais dos projetos; e argumentou que qualquer discussão sobre a redução dessas áreas florestais deve ser realizada no Congresso Nacional, a fim de evitar a edição de uma MP. “O Brasil hoje vive o império das Medidas Provisórias que impedem a ampla discussão da sociedade. Isso dá uma ideia de capitalismo autoritário”, disse o antropólogo.

Privatização de terras na Amazônia - Ele também alerta sobre a privatização das terras públicas na Amazônia sob o “eufemismo” de regularização fundiária, via o programa Terra Legal, pela Lei 11.952 de julho de 2009. Encaminhada pela Presidência da República, a medida prevê privatizar 70 milhões de hectares de terras públicas, um volume considerável em relação ao total de 850 milhões de hectares de terras que compõem o Brasil, segundo o antropólogo. Alfredo Wagner alerta sobre a agilidade na titularidade das terras para grandes propriedades que a MP permite, em detrimento dos pequenos proprietários.

Inicialmente, a medida foi questionada pelo Ministério Público por uma ADIN pela justificativa de que ela estabelece “privilégios injustificáveis” em favor de grileiros que no passado se beneficiaram de terras públicas e houve concentração de terras. “Essa MP é tão cruel quanto a Lei de Terras Sarney de 1969”, disse o antropólogo.

Judicialização do Estado - Buscando tranquilizar os ânimos da plateia lotada por alunos, pesquisadores, cientistas, dentre outros - estimada em cerca de 140 pessoas - que temia ser a volta da ditadura militar, o antropólogo respondeu sobre o atual modelo: “Ele não é igual à ditadura militar”, respondeu o atribuindo a um “judicialização do Estado” e de “uma coisa esquisita”.

Na ocasião, o antropólogo usou a frase de sociólogos para explicar uma crise: “O velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu. Mas está havendo uma transformação.”

(Viviane Monteiro – Jornal da Ciência)

27/7/2012 - Os biomas do Maranhão e a Mata Atlântica: ameaças e perspectivas

Espécies extintas, hotspots e questionamentos políticos em relação a essas regiões movimentaram o debate na 64ª Reunião Anual da SBPC.

Os biomas brasileiros foram analisados numa mesa-redonda nesta quinta-feira (26), durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Luís, mais especificamente os biomas que existem no estado do Maranhão (Amazônia, Caatinga e Cerrado) e a Mata Atlântica. A conferência contou com a participação de Adalberto Luis Val, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa); Gustavo Martinelli, do Centro Nacional de Conservação da Flora/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNCFlora/Iphan) e Carlos Martínez Ruiz, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Val, que coordenou a mesa, destacou que o Maranhão representa um encontro de biomas e uma região de "forte ebulição biológica", que promove o "encontro de diferentes comunidades". "É uma mina de ouro biológica, é o sonho de consumo de qualquer biólogo trabalhar aqui e ver como se dão as transições", opina.

Carlos Martínez Ruiz completa dizendo que o Maranhão é "uma encruzilhada geográfica" e que seus biomas concentram Mata de Transição, Cerrado, Campos, Floresta Equatorial, manguezais e vegetação de restinga. E enumerou uma série de características da região, como a biodiversidade intensa, com, por exemplo, setecentas espécies de aves - o Brasil tem cerca de 1.800. Só o estado possui mais espécies do que a Europa, que tem por volta de seiscentas.

"Pré-Amazônia"- Ruiz chamou a atenção para a questão "política" de chamar a parte amazônica do Maranhão de "pré-Amazônia". "Isso é falso, a Amazônia maranhense é Amazônia. Isso a deixa com menor valor para conservação", alerta. O pesquisador também falou do equilíbrio climático da região e do papel regulador dos biomas. "Engana-se quem pensa que se pode resolver os problemas do Nordeste sem resolver os da Amazônia", pontua.

Ele também apontou as principais ameaças aos biomas maranhenses: as carvoarias, "um desastre que explora tudo e não deixa nem a capoeira"; a pecuária extensiva, "de baixíssimo rendimento por hectare devastado"; e o agronegócio, "que substituiu as práticas tradicionais por uma lógica mercantilista que não deixa benefícios para as populações locais."

Também sublinhou o fato de as pessoas "confundirem" o plantio de eucaliptos com reflorestamento. "É muito cinismo", opina, lembrando argumentos políticos. O plantio dessa árvore, usada para a produção de celulose, acidifica o solo e ameaça a biodiversidade. E lembra que em 2008 o estado contabilizava 17% de desmatamento de suas florestas e se o ritmo continuar, em 2050 serão 40%.

Mata Atlântica - Por sua vez, Gustavo Martinelli descreveu características da Mata Atlântica que ocupa 1,35 milhão de quilômetros quadrados do País (cerca de 16%). Fica atrás apenas da Amazônia (47,65%) e do Cerrado (23,49%). Ele lembra de alguns ecossistemas do bioma que também existem no Maranhão, como restingas e mangues.

Ele frisou também o conceito de 'hotspot' para biomas ou regiões com extrema riqueza, geralmente associados a um grande processo de destruição. Nesse sentido, conta que 77% da população brasileira vive em áreas da Mata Atlântica, que abrange dezessete estados da Federação e é patrimônio mundial da ONU.

Martinelli recorda que, da Mata Atlântica original, restam 7,9%. Ainda assim, o bioma, o único a ter uma lei específica para protegê-lo, concentra por volta de 21 mil espécies, sendo que o Brasil contabiliza 60 mil. No entanto, a lista de extinção na Mata Atlântica ronda as 700 espécies. "Segundo dados da SOS Amazônia e do Inpe, o equivalente a um campo de futebol é destruído a cada quatro minutos", lamenta.

Perguntado por Val a respeito da lei de acesso à biodiversidade, que causa polêmica entre os cientistas a respeito da coleta e acesso aos recursos, Martinelli se disse "extremamente irritado com esse gargalo". "Essa MP vinha carregada de uma visão que todos nós somos biopiratas a não ser que provemos o contrário". Por sua vez, Ruiz pediu "mais investimentos em ciência e menos burocracia".

"É claro que o Brasil precisa se proteger, se fazer respeitar lá fora, mas é praticamente impossível o País conseguir proteger toda sua biodiversidade, não pode se tornar um 'bunker'. A solução para se tornar competitivo é jogar na defensiva e na ofensiva também, mexer na biodiversidade antes que outros mexam", conclui o pesquisador da UFMA.

27/7/2012 - TCU não só fiscaliza, mas também atua de forma preventiva para melhorar a eficiência da gestão pública

A ideia de que o Tribunal de Contas da União (TCU) é apenas um órgão fiscalizador e repressor não corresponde totalmente à verdade. Ele também atua de maneira preventiva e pedagógica, com o objetivo de melhorar a eficiência da administração pública.

Essa foi a mensagem enfatizada pelo ministro substituto do TCU, Augusto Sherman Cavalcanti, em sua conferência 'Atuação de caráter pedagógico do Tribunal de Contas da União', proferida ontem (26), durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que está sendo realizada nesta semana, em São Luís (MA).

Na apresentação do conferencista, a presidente da SBPC, Helena Nader, contou as razões pelas quais Cavalcanti foi convidado a dar uma conferência na Reunião. De acordo com ela, a ideia surgiu depois que a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) se reuniram com o ministro no TCU, em busca de esclarecimentos sobre as prestações de contas das duas entidades. "Foi uma reunião muito produtiva e desde então estabelecemos uma relação de colaboração cada vez maior", disse Helena. "Por isso, resolvemos convidá-lo para essa conversa com a comunidade científica aqui na nossa Reunião Anual. É uma forma de termos diálogo com um poder importante no País."

Na conferência, Cavalcanti explicou que em sua ação preventiva e pedagógica o TCU dispõe de um instrumento importante, que é a Auditoria de Natureza Operacional (ANOp). "Trata-se de um exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública", explicou. "Para escolher o objeto de auditoria [organização, programa ou atividade governamental], o principal critério é a capacidade dela agregar valor em razão de possíveis melhorias da gestão pública."

Como exemplo de objetos de auditorias recentes, o ministro substituto do TCU citou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Prouni, os hospitais universitários, o sistema de aviação civil brasileiro e o seguro desemprego. Foi feita também uma ANOp que diz respeito diretamente à comunidade científica. Trata-se da que analisou a relação entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as suas fundações de apoio. "Realizamos uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), em 2008 em 464 contratos/convênios das fundações de apoio em todo o País", contou. "Com isso, foi possível fazer uma análise sistêmica do assunto, que gerou medidas corretivas com o objetivo de adequar as relações entre as IFES e suas fundações de apoio às normas gerais e aos princípios de direito público."

No final da conferência, a presidente da SBPC solicitou esclarecimentos de Cavalcanti sobre duas questões: qual o período de tempo abrangido por uma auditoria e por que órgãos de controle diferentes têm visões e determinações diferentes de uma mesma questão. No primeiro caso, Cavalcanti explicou que, de acordo com interpretação do Supremo Tribunal Federal sobre o que está na Constituição referente ao assunto, crimes que envolvem desvios de recursos e obrigações de ressarcimento aos cofres públicos são imprescritíveis.

Em relação à segunda questão, o ministro reconheceu que a atuação divergente dos órgãos de controle, como o próprio TCU, o Ministério Público, a Polícia Federal e Advocacia Geral da União, é um fato. "O nosso ordenamento jurídico é complexo, o que possibilita interpretações diferentes sobre uma mesma questão ou uma mesma norma", admitiu. "Não só isso. Há ainda interpretação divergente de uma pessoa para outra dentro de um mesmo órgão. Infelizmente, vamos ter que conviver com isso ainda durante algum tempo." Para tentar resolver ou pelo menos amenizar o problema, Cavalcanti disse que foi criada uma rede dos órgãos de controle, que gerou um acordo de compartilhamento de informações e para evitar duplicidade de interpretações.

(Evanildo da Silveira para o Jornal da Ciência)

Na avaliação de sua diretoria, a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada durante esta semana em São Luís, foi um sucesso. Em entrevista coletiva concedida hoje (27/07) pela manhã, a presidente da entidade, Helena Nader, deu alguns números do evento. De acordo com os dados oficiais, houve 11.912 inscritos, de 700 cidades de todos os estados. O público que participou das conferências, mesas redondas e outras atividades do encontro foi bem maior, no entanto. A estimativa é que cerca de 25 mil pessoas tenham circulado por dia pelo câmpus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde ocorreu a reunião.

Com o tema central Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para enfrentar a pobreza, a 64ª Reunião Anual da SBPC recebeu 4.009 trabalhos de pesquisadores de todo o país. Além disso, durante a semana foram realizadas 55 mesas redondas, 48 conferências, 46 minicursos, três sessões especiais, cinco assembleias, três encontros, um treinamento e uma reunião de trabalho. Houve ainda quatro homenagens póstumas, aos cientistas recentemente falecidos Aziz Ab'Saber, Gilberto Velho, Luiz Edmundo de Magalhães e Antonio Flávio Pierucci.

Para a presidente da SBPC, mais do que os números é importante ressaltar o interesse demonstrado pelos participantes nos temas debatidos, nos vários eventos realizados durante a reunião. “Em todos em que estive, percebi que as pessoas estavam atentas e participativas”, disse. “As salas estavam cheias de pessoas interessadas nos temas discutidos. Também me chamou a atenção a grande participação de jovens graduandos.” Helena elogiou ainda a infraestrutura do evento. “Tivemos à disposição um prédio novo, com audiovisual funcionando perfeitamente e monitores excelentes”, declarou.

Também durante a entrevista coletiva, a secretária-geral da SBPC, Rute Maria Gonçalves de Andrade, lembrou outro aspecto da infraestrutura que mereceu elogios. “Temos que destacar o trabalho que foi feito nesta reunião para as pessoas com necessidades especiais”, disse. “Já na ficha de inscrição havia a pergunta sobre a eventual necessidade especial que a pessoa tinha.” Na prática, a acessibilidade foi facilitada pela remoção das barreiras arquitetônicas, para permitir a mobilidade das pessoas com dificuldades de locomoção. Além disso, em todas as conferências e mesas redondas havia tradutores da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para as pessoas com problemas de audição. Experiência que deverá se repetir em todas as reuniões anuais da SBPC daqui para frente.

Esclarecimentos – A presidente da SBPC aproveitou a entrevista coletiva para esclarecer e reiterar a posição da entidade quanto à questão das cotas nas universidades públicas e ao programa Ciência sem Fronteiras. No primeiro caso, Helena deixou claro que a SBPC não é contra as cotas. “Nós sempre fomos favoráveis a programas de ação afirmativa”, declarou. “As instituições públicas de ensino superior do país já vêm adotando essas ações por meio de diferentes modelos adequados à realidade de cada uma delas.”

Na verdade, o que preocupa a SBPC é o Projeto de Lei nº 180/2008, que está para ser votado no Senado Federal, e que fere autonomia universitária, pois reserva metade das vagas nas instituições de ensino superior públicas para estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas. “Além disso, em seu artigo 2º, proíbe a realização de exames vestibulares ou o uso do Enem, obrigando que o processo seletivo adote exclusivamente a média das notas obtidas pelos candidatos nas disciplinas cursadas no ensino médio”, disse Helena. “Dessa maneira, o ingresso no ensino superior deixa de ser responsabilidade da universidade e passa a ser subordinado aos critérios de cada escola. A universidade deixa de opinar sobre o perfil do seu estudante.”

Em relação ao programa Ciência sem Fronteiras, Helena enfatizou que a SBPC é totalmente a favor dele, por entender que vai melhorar a formação de um grande número de bons pesquisadores brasileiros. “O que pensamos é que, por ser um programa ainda muito recente, são necessários ajustes que possam garantir seu constante aperfeiçoamento”, explicou. “Outra questão que nos preocupa é saber se, quando voltarem, esses pesquisadores encontrarão no Brasil condições para que possam colocar em prática o que aprenderam no exterior, contribuindo para o aumento da produção científica do país e a melhoria da ciência brasileira.”

(Evanildo da Silveira para o Jornal da Ciência)

Em sua edição do dia 25 de julho, o jornal O Estado de S. Paulo publicou matéria sobre o programa Ciência sem Fronteiras sob o título "Programa é criticado em encontro da SBPC". As declarações atribuídas às presidentas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Luana Bonone, foram retiradas do contexto e não refletem as opiniões das duas dirigentes. Sobre a matéria, a SBPC e a ANPG esclarecem:

1 – Ao contrário do que faz parecer a matéria do jornal O Estado de S. Paulo, a SBPC e a ANPG são totalmente a favor do programa Ciência sem Fronteiras, por entender que vai melhorar a formação de um grande número de bons pesquisadores brasileiros.

2 – A SBPC e a ANPG consideram o programa Ciência sem Fronteiras um importante instrumento para a internacionalização da ciência brasileira, meta esta, inclusive, que está presente como prioridade no último Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

3 – A SBPC e a ANPG acreditam que por ser um programa ainda muito recente são necessários ajustes que possam garantir seu constante aperfeiçoamento.

4 – Uma questão que preocupa a SBPC e ANPG é saber como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão trabalhando para garantir o retorno desses cientistas, dando-lhes condições para que possam colocar em prática o que aprenderam no exterior, contribuindo para o aumento da produção científica do país e a melhoria da ciência brasileira.

São Luís, 25 de julho de 2012.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Associação Nacional de Pós-Graduandos

26/7/2012 - Debate sobre o papel da Universidade

Com o tema "Em defesa da Universidade", a mesa-redonda realizada no segundo dia da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Luís, defendeu a importância das instituições para o País.

Em sua apresentação, Valério Arcary, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) questionou o tema da mesa-redonda "Defender a universidade de quem, de quê? Quem não sabe contra o que lutar não pode vencer". Para uma plateia formada sobretudo por estudantes, o professor responde que, antes de tudo "lutamos contra a decadência, vivemos em um momento de prosperidade, lutamos contra a decadência", resumiu.

Arcary traçou um apanhado histórico sobre o surgimento da Universidade no mundo e no Brasil, como um espaço de produção e socialização de conhecimento. De acordo com o professor, a universidade surgiu depois do aparecimento do sistema capitalista. No período pré-capitalista, ele citou sociedades que eram muito desenvolvidas, mas que desapareceram rapidamente da história. "A produção de ciência, arte e cultura é indispensável para a vida social, que a sociedade dedique uma parte de suas riquezas para a criação de ideias e estímulo a formação de intelectuais é absolutamente vital", declarou.

O professor falou também sobre a questão do desenvolvimento tardio da Educação no Brasil e sobre a influência de Portugal nesse atraso. Ele explica que a formação de uma massa crítica nunca foi prioridade dos portugueses porque poderia provocar tensões. Portanto, apenas depois da independência surgiram as primeiras universidades no País. "O atraso histórico condiciona a formação da massa intelectual no Brasil".

A expansão da Universidade no País a partir dos anos 50 integrava o projeto nacional de desenvolvimento. "O Brasil não era atrasado apenas na parte industrial, era muito atrasado na educação e o Estado teve que criar universidades para desenvolver as habilidades daquela região. A partir dali, o Estado assume a responsabilidade de criar universidades porque era estratégico para o crescimento e o modelo de progresso do Brasil", explana.

E para manter seus intelectuais profissionais, a sociedade precisa produzir mais para gerar um excedente para manter os profissionais intelectuais. Custo de um aluno por um ano em uma universidade pública é R\$ 15 mil.

Com a aprovação dos 10% do PIB, o investimento dobra e o custo sobe para R\$ 30 mil, se colocar em debate esse valor na sociedade, terá apoio?

Mobilização – Segundo a análise de Arcary, um dos desafios que se apresentam atualmente para a comunidade universitária é sua capacidade de mobilização e pressão por políticas públicas. "Nós temos os elementos da crise do Brasil antigo, ou seja, sofremos com o atraso histórico, e também temos a crise da sociedade moderna, ou seja, uma sociedade atrasada na educação e cada vez com maior poder econômico", define.

Para Bernardo Boris Vargaftig, da Universidade de São Paulo, o mundo vive um movimento internacional de contestação, mas são protestos dispersos e desconexos que acabam perdendo o foco. "Vemos mobilizações imensas mas passageiras, não há um programa que direcione, a movimentação é dispersa, não há protesto com um projeto claro de avanço", declarou.

Os dois professores relembram o importante papel da Universidade na época da ditadura e questionam o papel atual no cenário político nacional. "O desafio é saber se a universidade tem a mesma capacidade de ser decisiva no momento atual histórico como na época da ditadura. Queremos defender a universidade? Temos que saber contra quem lutamos e como lutar", provoca Arcary.

(Jornal da Ciência)

26/7/2012 - Direitos humanos são fundamentais para determinar políticas públicas

O tema foi debatido na mesa-redonda "Desigualdade social e direitos humanos" nesta quarta-feira (25), durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acontece na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) até o dia 27 de julho.

O debate sobre direitos humanos é da mais alta importância para o desenvolvimento brasileiro, em todas as suas dimensões. Os desafios apresentados pela situação de desigualdade social que permanece no País, apesar da aclamada melhora econômica, são variados e pedem a reflexão da comunidade acadêmica para fomentar políticas públicas eficazes.

Neste sentido, Maria Jacinta Jovino, doutora em políticas públicas e professora UFMA, começou o debate pelo início, pela definição de direitos humanos – como dignidade intrínseca a todo ser humano –, definidos por uma Declaração Universal que tem mais de 60 anos. A professora definiu a desigualdade social como matriz da violação dos direitos humanos e argumentou que não é possível pensar em desigualdade social sem tratar de exclusão, vulnerabilidade e outras questões de risco. "Diferenças e vulnerabilidade trazem necessidades especiais, específicas, mas os direitos são os mesmos", ou seja, "só pela condição de ser humano ele tem direito a ter direitos".

A professora fez um retrato da população brasileira em relação às desigualdades existentes no País e em suas regiões. Ela apresentou dados dos Indicadores Sociais do IBGE de 2010, referentes ao ano de 2009, onde 52,8% das famílias no País possuem rendas abaixo ou até um salário mínimo. "Estamos vivendo, podemos dizer, uma outra forma de extermínio", declarou. Jacinta explica que a distribuição desigual de renda expressa o "acirramento do fosso social entre a maioria das famílias das camadas mais pobres e a minoria das famílias ricas", além de evidenciar também as diferenças entre as comunidades dos centros urbanos e as que vivem em suas periferias.

Em sua apresentação, Edna Ramos de Castro, professora da Universidade Federal do Pará e diretora da SBPC, falou sobre a tendência histórica na sociedade brasileira de concentração de renda e de propriedade que alimenta a desigualdade. Para ela, a visão histórica é importante para entender "o tamanho do nosso desafio". Ela explica que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil definiu essa estrutura de desigualdade e que a tendência do País de concentração de riqueza, capital e terra só pode ser revertida com "políticas públicas combinadas".

No debate, Edna propôs analisar os direitos humanos também no âmbito da justiça e incorporou em sua análise os direitos socioambientais, como o direito à terra. "Direitos humanos precisam ser vistos dentro da dimensão

de justiça social, ampliando esse conceito para a justiça socioambiental". A pesquisadora afirma que é preciso pensar no homem como um ser "bio-sociológico, que vive dentro e faz parte da natureza".

Ela falou sobre a resolução da Advocacia-Geral da União (AGU), publicada neste mês, que libera a intervenção em terras indígenas sem a necessidade de consultar os índios ou mesmo a Fundação Nacional do Índio (Funai). Em seu entendimento, a medida viola os direitos garantidos pela constituição, além de facilitar a exploração de terras por grandes empresas e flexibilizar os direitos dos povos indígenas que já estavam estabelecidos. "Esse é um discurso que era impossível há 10 anos atrás, que não estava presente com tal força para definir uma portaria, hoje os direitos estão sendo subtraídos e são uma ameaça a outros direitos que já são legais do ponto de vista da constituição", alerta.

Para Edna, "temos que estar preparados para entender os discursos que estão sendo produzidos sobre as desigualdades sociais. Momento atual de euforia econômica mas há outros processos que ocorrem e produzem outras formas de desigualdade e violação dos direitos humanos. Precisamos de uma leitura mais refinada e transversal para não deixar escapar as mudanças que estão ocorrendo". No mesmo sentido, Jacinta complementa que só é possível diminuir a desigualdade social quando os mais pobres passarem a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade. "Crescimento econômico isolado pode ser pouco efetivo para acabar com a pobreza", sentencia.

(Jornal da Ciência)

26/7/2012 - Ministério da Saúde cria Plataforma Brasil para agilizar pesquisas com humanos

Com intuito de tornar transparente e ágil o sistema de pesquisas clínicas com seres humanos, a Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde oficializou a Plataforma Brasil. É uma base de dados on-line que permite acompanhar os protocolos de pesquisa desde a submissão até a aprovação final dos trabalhos.

Na Plataforma constam informações, por exemplo, sobre o andamento de pesquisas com seres humanos destinadas ao lançamento de medicamentos, a novos diagnósticos e procedimentos de cirurgias, a tudo que envolve a área indígena, à reprodução humana e a organismos genético humano – segundo afirmou Aníbal Gil Lopes, coordenador da Conep.

Gil Lopes participou, na terça-feira (24), de um debate sobre o sistema CEP/Conep na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde o evento é realizado até sexta-feira.

Na prática, as pesquisas com humanos são realizadas de forma integrada pelo sistema CEP/Conep. O papel dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), alocados em hospitais públicos e universitários, é fazer a primeira análise de projetos recebidos pelos pesquisadores - que posteriormente são encaminhados para o crivo da Conep, em Brasília. Até então, a circulação de tais protocolos era realizada via Correios. Com a Plataforma Brasil, os dados são encaminhados de forma eletrônica, o que agiliza os processos de análises e reduz a fila de espera de análise de pesquisas.

Mediada por Lisbeth Kaiserlian Cordani, conselheira da SBPC, a mesa de discussão contou também com a presença de José Roberto Goldim, coordenador do CEP do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e do Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Questionamentos – Alocada no site do Ministério da Saúde desde o início do ano, a Plataforma Brasil (www.saude.gov.br/plataformabrasil) ainda é motivo de questionamento de dirigentes dos CEPs. Uma das críticas é sobre o treinamento dos pesquisadores dos CEPs em relação ao novo método do sistema que a ferramenta exige. Até agora, o sistema registra que a Conep recebeu 340 projetos de pesquisas este ano.

Enquanto que os CEPs registram 6,139 mil projetos. Os CEPs respondem por 99% das análises de pesquisas com humanos, entre elas, a análise de monografias de alunos de cursos de enfermagem, que é um projeto de pesquisa. Goldim questionou o processo lento do sistema e a pouca abrangência de treinamento aos pesquisadores dos CEPs, hoje estimados em mais de 600 unidades no País. Outra questão relatada por Goldim é

o que ele chamou de "quebra de confiança", porque a ferramenta permite a todos o acesso à revisão de protocolos. Além disso, Goldim criticou a obrigatoriedade de encaminhar os protocolos em arquivos de forma "editável", o que abre espaço para alteração das informações.

Em resposta, o coordenador da Conep, Gil Lopes, frisou que a análise do colegiado da comissão é muito "rigorosa". O bioquímico acrescentou que chegam à Conep protocolos com frases problemáticas, situação que ele atribuiu à tradução de textos pelo Google. "Somos muitos criteriosos nas análises", respondeu. Ele defendeu também a revelação de nome das pessoas voluntárias nas pesquisas humanas. A ideia é evitar que essas não virem "ratinhos de laboratórios". O ideal, segundo disse, é que a mesma pessoa participe das pesquisas apenas uma vez por ano.

Gil Lopes reconheceu, porém, alguns problemas técnicos da Plataforma Brasil, os quais ele atribuiu ao período de transição do sistema. Dentre outros fatores, Gil Lopes cita como ponto positivo da ferramenta a redução do período de análise das pesquisas. Na Conep, ele avalia que o tempo deve ser 60 dias, no máximo, enquanto nos CEPs ele avalia que o tempo será inferior a um mês. A morosidade nas análises de pesquisas era uma das reclamações de cientistas e pesquisadores.

Resolução 196 – A discussão dos especialistas abordou também a alteração da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Aprovada em outubro de 1996, a legislação regulamenta a pesquisa com seres humanos no País. Esse também é motivo de divergência entre as partes.

A Conep realizou consulta pública em uma tentativa de aperfeiçoar a legislação. Todas as propostas serão consolidadas. Alegando desconhecer as propostas sugeridas em consulta pública, Goldim afirmou que a Resolução não contempla as propostas da comunidade científica.

Do outro lado, Gil Lopes afirma que a Resolução contempla "muito" a Ciência. Em seguida, ele considerou que as discussões "são os caminhos para a busca de soluções, ainda que os CEPs tenham total liberdade" em sua atuação.

O coordenador da Conep acredita que em setembro, quando será realizada uma reunião dos CEPs, em São Paulo nos dias 20, 21 e 22, será possível obter uma resposta sobre a alteração da Resolução.

(Viviane Monteiro – Jornal da Ciência)

26/7/2012 - Especialistas discutem como conciliar saberes tradicionais e pesquisas científicas

Como conciliar a Ciência e o uso de saberes tradicionais para o desenvolvimento do País? O ponto de interrogação é de especialistas e representantes indígenas que discutiram ontem (25) o tema central da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na mesa-redonda "Saberes Tradicionais e pesquisa científica – desenvolvimento de produtos e processos para enfrentar a pobreza". Realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, o evento encerra amanhã.

Na discussão, os especialistas destacaram a importância de investimentos em Educação, alinhados a investimentos em pesquisas científicas, a fim de explorar o potencial da biodiversidade brasileira. Reconheceram o uso de saberes tradicionais como "uma fonte valiosa de investigação científica e tecnológica para a criação de produtos". Consideraram também o potencial brasileiro para o desenvolvimento de medicamentos, por exemplo, já que o País historicamente acumula déficit bilionário na balança comercial de fármacos. Assim, contribuir para o desenvolvimento do País.

A tendência é de uma mudança no atual modelo internacional de desenvolvimento econômico, uma vez que os saberes tradicionais passam a ser reconhecidos no avanço de uma nação. Nas palavras do antropólogo Alfredo Wagner Almeida, presidente do Programa Nova Cartografia Social da Amazônia, na primeira década do século XXI há uma significativa movimentação internacional para o reconhecimento de saberes tradicionais no processo de desenvolvimento.

O ponto de partida para esse cenário, analisou o antropólogo, é a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Fruto da Eco-92, conferência internacional realizada em 1992 no Rio de Janeiro, a Convenção já foi assinada por 175 países, dos quais 168 a ratificaram, incluindo o Brasil, via o Decreto Nº 2.519 de 16 de março de 1998. Em linhas gerais, a CDB propõe regras para assegurar a conservação e uso sustentável da biodiversidade e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos.

"Um ponto importante é o reconhecimento internacional da igualdade jurídica da expressão cultural entre diferentes povos e comunidades. Esse é o ponto central. Hoje temos a igualdade jurídica", disse o antropólogo, também conselheiro da SBPC, que participou do debate de ontem.

A mesa de discussões foi dividida com a presença de Vanderlan da Silva Bolzani, professora titular do Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e membro da coordenação do Projeto Biota-Fapesp. E da advogada Fernanda Kaingang, dirigente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi).

Ao fazer a abertura do evento, a secretária-geral da SBPC, Rute Andrade, também pesquisadora do Instituto Butantan (SP), avaliou que o debate deverá "contribuir muito" para o avanço da sociedade brasileira. Ela intermediou a mesa de discussão ontem.

Novos horizontes - Até então, o tema sobre os saberes tradicionais, segundo o antropólogo, limitava-se ao movimento indígena proposto pela Universidade e pelo Estado. Hoje, porém, a questão do uso dos conhecimentos milenares de vários povos foi ampliada: é um tema das universidades e dos movimentos sociais pautado em uma relação estratégica empresarial.

Benefícios da química verde - Por sua vez, a pesquisadora da Unesp, Vanderlan, considerou os benefícios econômicos provenientes da química verde de produtos naturais, como as plantas. Reconhecendo a importância do uso de saberes tradicionais, os atribuiu a "uma ferramenta útil" utilizada nas pesquisas sobre a ciência de plantas e no desenvolvimento tecnológico de produtos com alto valor agregado. Nesse caso, ela considera fundamental o investimento em pesquisa e em educação nos usos tradicionais para agregar valor aos conhecimentos milenares de vários povos. "Não se pode falar de um novo conhecimento e de inovação sem citar a Educação", alertou.

Como um exemplo bem sucedido sobre a apropriação da ciência nos conhecimentos tradicionais, Vanderlan citou o caso da planta *Taxus brevifolia* (Taxaceae) - nativa da costa ocidental da América do Norte (Ocorrência do Alasca à Califórnia). Era usada na medicina popular pelos nativos americanos como produtos "para dar força", induzir a transpiração, em tratamento de ferimentos internos e para a cura doenças pulmonares. Pela sua resistência, a planta é usada tradicionalmente na elaboração de remos de canoa, molduras de quadro, marcenaria.

Resultado de 15 anos de pesquisa acadêmica, estimada em US\$ 400 milhões, Vanderlan relatou que os cientistas descobriram que essa planta pode ser usada para tratamento de câncer de mama. Assim, em 1994, esse conhecimento científico foi aprovado pela FDA (agência reguladora de produtos alimentícios e farmacêuticos nos Estados Unidos) para o tratamento dessa doença.

"Isso mostra a importância da pesquisa científica de excelência sobre saberes tradicionais no desenvolvimento de produtos e processos", declarou a cientista da Unesp. Ela destacou que os saberes tradicionais dessa planta é um processo contínuo de desenvolvimento.

Potencial brasileiro - Vanderlan analisou o cenário atual do mercado mundial de produtos derivados de plantas e citou o potencial da biodiversidade brasileira que pode ser explorada pela pesquisa científica no processo de desenvolvimento de medicamentos, por exemplo. Com base em dados internacionais, Vanderlan disse que os gastos internacionais com a saúde são estimados em US\$ 179 bilhões este ano.

A apresentação de Vanderlan revela que as espécies de plantas de uso tradicional utilizadas pelos índios da Amazônia "inspiraram" o desenvolvimento de uma classe de medicamentos anestésicos. Um exemplo é o Atracurium (Tracurium), um dos derivados sintéticos fundamentados na estrutura de Tubocurarina. A pesquisadora lembrou que a "introdução de tubocurarina na prática anestésica, por Griffith e Johnson, em 1942, provocou alterações profundas na anestesiologia."

Com base em estudo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Vanderlan declarou que agregação de valores da cadeia produtiva de plantas medicinais é substancialmente maior do que a da soja. Segundo o estudo, o coeficiente de agregação de valor calculado para a cadeia de plantas medicinais é de 16,24, contra 2,22 da cadeia da soja.

Análise indígena – Ao avaliar as discussões, a dirigente do Inbrapi, Fernanda, reiterou o fato de os indígenas serem os protagonistas da conservação da biodiversidade brasileira, ao responderem hoje por mais de 13% do território nacional. Em uma alusão às empresas multinacionais que exploram a biodiversidade brasileira, a advogada disse faltar repartir os benefícios "com quem conserva os conhecimentos científicos". Ela chamou de "biopirataria" a exploração do conhecimento tradicional sem a contrapartida. A indígena também considerou fundamental promover a discussão sobre aplicação da "ética nas pesquisas" na comunidade acadêmica.

Desafios brasileiros – A indígena defendeu o avanço na tramitação da Medida Provisória (MP) 2.186-16, de 23/08/01, segundo a qual dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, dentre outras normas que podem preservar o uso dos saberes tradicionais. A MP também prevê a repartição de benefícios e o acesso e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

O debate foi elogiado pela plateia - composta por dezenas de alunos, pesquisadores, professores e cientistas - que aplaudiu as discussões e contribuiu para esquentá-las. Um alerta partiu de um participante da plateia sobre testes de empresas que vêm ocorrendo na Amazônia para exploração de petróleo.

Ao final do debate, o secretário regional da SBPC no Maranhão, Luís Alves, recomendou a comunidade acadêmica a trabalhar com os elementos apresentados ontem. "Ela tem de mostrar que o bem comum tem de ser respeitado", disse ele, também médico patologista e professor da UFMA.

Alfredo Wagner também sugeriu ampliar o debate sobre como conciliar o uso de saberes tradicionais com as pesquisas científicas. "O consenso é mal porque ele é burro", disse ele, parafraseando Nelson Rodrigues e descartando o consenso nas discussões de ontem.

(Viviane Monteiro – Jornal da Ciência)

26/7/2012 - Quebradeiras de babaçu querem legislação federal para sobreviver no campo

Diante de dificuldades de manter as atividades de coleta e quebra de coco babaçu no Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, as quebradeiras, principais produtores desse fruto, reivindicam a aprovação da Lei Federal de livre acesso aos babaçuais, no Congresso Nacional desde 2009. Querem também a aprovação de leis no âmbito Estadual e Municipal.

Hoje as mulheres que vivem da atividade de babaçuais - utilizados em diversas atividades econômicas, principalmente na fabricação de dendê - são impedidas de fazer a coleta do fruto nas áreas rurais produtoras. Geralmente elas são agredidas por fazendeiros que vendem a matéria-prima a indústrias de carvão vegetal, utilizado pelas empresas de ferro gusa, por exemplo.

"A luta pelo acesso livre aos babaçuais" foi tema de conferência promovida ontem (25) na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), que acontece na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís.

"O babaçu representa a vida de muitas famílias nos estados produtores", afirmou a conferencista Maria de Jesus Bringelo, dirigente do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB). Criado no início da década de 1990, o movimento busca evitar conflitos de terras com fazendeiros e uma das vias é a aprovação de Leis no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

O babaçu, uma das oleaginosas mais importantes do mundo, exerce função social importante, reunindo 400 mil quebradeiras de coco babaçu nos quatro estados produtores, principalmente Maranhão e Piauí, concentradores da produção. No caso do Maranhão, que detém um dos menores índices de desenvolvimento humano do País, essa atividade representa 50% da agricultura familiar.

Além de enfrentar a concorrência da coleta do babaçu com fazendeiros – que queimam totalmente o produto - as mulheres são envolvidas em conflitos com o agronegócio que avança nas regiões produtoras de palmeiras de babaçu. O plantio de soja e florestas de eucalipto, principalmente, vem ocupando o espaço de terra até então ocupado pelos babaçuais que são derrubados e geram prejuízos ao meio ambiente.

Lamentando a derrubada das palmeiras e a queima total do fruto pelos fazendeiros, Maria de Jesus alerta sobre a importância de preservar as palmeiras de babaçu. Segundo ela, os babaçuais podem ser 100% aproveitados. A palha da palmeira é utilizada na fabricação de produtos artesanais, a casca na fabricação de carvão; e a amêndoa extraída do coco em azeite, óleo e mesocarpo. Inclusive, ela recomenda às mulheres evitar o corte dos cachos de babaçus para não enfraquecer a palmeira.

Visão científica – Mediadora da conferência, a bióloga Rute Maria de Andrade, secretária-geral da SBPC, analisa que a extinção dos babaçuais representa tanto um problema socioeconômico para regiões produtoras da matéria-prima quanto para o meio ambiente. Ou seja, "é um problema para sociedade de forma geral".

Com esse olhar, Rute, também pesquisadora do Instituto Butantan, em São Paulo, destacou o tema central da 64ª Reunião Anual da SBPC "Ciência, cultura e saberes tradicionais para enfrentar a pobreza", selecionado exatamente para permitir a interação entre as comunidades científica e tradicional a fim de mostrar os problemas comuns a todos os brasileiros.

Folclore regional - Apresentando dados na conferência, Maria de Jesus destacou a existência de 400 mil quebradeiras de coco babaçu nos quatro principais estados produtores, cuja imagem delas já foi incorporada ao folclore regional. Os babaçuais hoje ocupam uma extensão de área de 18 mil hectares, segundo disse. O fruto está em plena safra que vai de abril a setembro.

Políticas públicas - Apesar de enfrentar conflitos com fazendeiros e empresas, Maria de Jesus disse que a situação das quebradeiras de coco babaçu tem melhorado nas regiões produtoras. Há, porém, muitos desafios a serem enfrentados.

Dentre as melhoras na atividade, a dirigente do MIQCB citou o acesso a políticas de comercialização de babaçu para algumas prefeituras e o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com isso, as mulheres passaram a contar com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) - emitida pelo Movimento que foi autorizado a fazer a certificação. Alguns projetos do movimento têm, também, apoio de outros órgãos governamentais, de empresas e fundações internacionais.

Maria de Jesus acrescenta a criação de uma cooperativa para auxiliar a comercialização do produto, além de parcerias com empresas nacionais em andamento para a compra do produto.

Óleo e dendê são os principais produtos fabricados pelas próprias quebradeiras de coco babaçu. É um trabalho artesanal. Elas coletam o coco e o quebram com o machado para extrair a amêndoa do babaçu, depois elas produzem o dendê ou óleo, agregando valor ao fruto em uma área do MIQCB e da cooperativa, sediados em São Luís, ou nas unidades regionais.

Legislação pontual - Algumas normas que beneficiam as quebradeiras de coco babaçu avançaram na esfera municipal. Estima-se que mais de 10 municípios onde o Movimento atua aprovaram a "lei do babaçu livre". Mesmo assim, Maria de Jesus alerta que essa lei requer aprimoramento, porque há dificuldade em seu cumprimento e o acesso aos babaçuais é permitido apenas às quebradeiras com carteira de certificação. "Proprietários rurais não respeitam o direito conquistado pela quebradeira de coco. É por isso que estamos na luta também pela Lei Estadual e Federal", disse Maria de Jesus.

Ela reconhece também como um avanço a aprovação da Lei Estadual no Maranhão em que cria o Dia das Quebradeiras de Coco – comemorado em 24 de setembro. A expectativa é de que essa medida seja também estendida para a esfera Federal.

Gargalos - Como desafios, além da aprovação da Lei de livre acesso aos babaçuais nas três esferas de governo, ela defende a implementação de políticas públicas para acabar com a violência no campo contra as mulheres; e

a retirada de cercas elétricas nas áreas de coleta dos babaçus impostas para impedir a entrada de quebradeiras, dentre outros.

(Viviane Monteiro – Jornal da Ciência)

26/7/2012 - Desafios do Enem são discutidos entre estudantes e pesquisadores

Temas como a correção das redações e a possibilidade de haver mais de um exame por ano estiveram na pauta da mesa apresentada na 64ª Reunião Anual da SBPC.

Uma plateia lotada de estudantes assistiu nesta quarta-feira (25), durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a palestra 'Desafios do Enem', que contou com a presença de Luiz Cláudio Costa, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e com os professores Nilson José Machado (Universidade de São Paulo) e Maria Inês Fini (Universidade Metropolitana de Santos), que participaram da criação do exame.

Costa deu início à discussão falando que o Brasil tem 17,4% dos jovens em idade adequada para entrar na universidade atualmente, e que teóricos acreditam que para que a educação superior seja considerada "de massa" esse número deve ser de 30%. "Temos um número baixo. O que queremos é caminhar para a massificação e depois para a universalização", afirma.

Ele lembra da lógica "perversa" do vestibular - que já completou cem anos no Brasil -, por obrigar o aluno a escolher a universidade antes da prova e diminuir as chances de quem não tem condições financeiras de prestar mais de um vestibular. Costa sublinha que o Enem democratizou o acesso. "Tivemos quase quatro milhões de jovens que não pagaram a taxa de inscrição de R\$ 35; ele é inclusivo", completa.

Criado em 1998, o Enem teve seu grande salto em 2009, quando surgiu a proposta de utilizá-lo como mecanismo de acesso democrático ao ensino superior de todo o País. Nilson José, que participou do grupo de trabalho do primeiro Enem (liderado por Maria Inês Fini), lembra as mudanças pelas quais o exame passou com as trocas de governo. "Depois de ser ameaçado de acabar, cinco anos após sua criação, virou a menina dos olhos do Inep e do MEC. Mas de 2010 para cá, o Enem tem uma cara ruim porque o foco todo foi para os problemas, como os de logística e o de roubo de provas", lamenta, lembrando que a intenção da mesa-redonda era apresentar propostas e não apontar os erros.

Ajustes - Costa afirma que a última edição teve 6,4 milhões de participantes, sendo que 1,2 milhão se inscreveu no último dia, quando chegou a haver mais de seis mil pessoas acessando o site por hora. "Por ser um exame dessa grandeza, tivemos questões logísticas operacionais. Tivemos problemas nas três edições e precisamos trabalhar arduamente para que haja tranquilidade desde a inscrição até a prova", relata, citando que o exame conta com duas comissões de especialistas e um comitê de governança.

Outra questão polêmica diz respeito à correção das redações. Costa alegou ter descoberto que até instituições de excelência internacional como o MIT têm problemas com a correta avaliação de textos em suas seleções e assegurou que está havendo um avanço para garantir o melhor funcionamento dessa correção.

Ele detalha que a redação vale de zero a mil pontos e lembra que são avaliadas cinco competências, como domínio da norma culta e intervenção no tema. Dois avaliadores corrigem a prova, sem saber o resultado um do outro. Até a última edição, se as avaliações diferissem em a partir de 300 pontos, a redação passaria por um terceiro avaliador. Agora, a discrepância necessária para a entrada de um terceiro corretor será a partir de 200 pontos.

De acordo com Costa, o Inep está investindo em treinamento e qualificação dos avaliadores, com a ideia de padronizar o máximo possível a correção dos textos. Além disso, serão lançados na semana que vem um guia de redação para o Enem, disponível para download e distribuído em escolas públicas, e um edital de R\$ 2 milhões para indução do conhecimento em correção de texto.

PLC 180/2008 - Helena Nader, presidente da SBPC, perguntou sobre a posição do Inep a respeito do Projeto de Lei nº 180/2008, que determina a reserva de metade das vagas nas instituições de ensino superior públicas para estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas. Além disso, em seu artigo 2º, o projeto proíbe a realização de exames vestibulares ou o uso do Enem, obrigando que o processo seletivo adote exclusivamente a média das notas obtidas pelos candidatos nas disciplinas cursadas no ensino médio. Dessa maneira, o ingresso no ensino superior deixa de ser responsabilidade da universidade e passa a ser subordinado aos critérios de cada escola.

"A gente sabe que o ensino é diferente em cada instituição, com algumas escolas mais rígidas que outras. Para onde vai a qualidade?", questiona, lembrando que o PLC "fere a decisão da universidade de escolher qual exame [seletivo] ela quer [adotar]". Costa afirma que é necessário ter medidas afirmativas no País, mas também demonstrou preocupação em relação à autonomia das universidades. "Eu gostaria muito que isso fosse debatido profundamente na academia", opina.

Ensino Médio - Maria Inês Fini, que falou pela primeira vez em público sobre o Enem nesta mesa-redonda, afirma que o desafio mais significativo, em sua opinião, é a vinculação do Enem ao Ensino Médio. Ela lembra que o exame nasceu baseado em três eixos estruturantes da reforma do EM de 1998, em que haveria "o desenvolvimento de competências e habilidades ao final da escolaridade básica, com provas interdisciplinares, contextualizadas e organizadas em situações problema".

A professora ressalta a intenção que existia de eleger nas avaliações um novo conceito de aprendizagem, "mais abrangente, que reconhecia que informação não é conhecimento e que memória não é inteligência". As competências exigidas continuaram as mesmas em relação ao 'novo' Enem, no total de cinco: domínio da linguagem, construção de conceitos, resolução de problemas, argumentação consistente e intervenção/criatividade.

No Enem atual, inspirado nas matrizes do antigo Exame Nacional de Certificação de Competências de Educação de Jovens e Adultos (Encceja), há cinco eixos cognitivos, quatro áreas de conhecimento, com trinta competências cada, que se abrem em 120 habilidades, além da lista de conteúdos, segundo lembra Nilson José Machado.

Porém ainda permanecem dúvidas a respeito de como se orientar na hora de estudar e ensinar. "Estudantes questionam a aplicação de simulados com antigas provas do Enem. Não sou contra que eles se familiarizem com o exame, mas acho que não está claro o que vai ser avaliado: as habilidades ou conteúdo? Como estudar para ele?", indaga Maria Inês.

Outra questão latente é o aumento do número de exames. Costa é cuidadoso ao tratar o tema. "Queremos resolver as questões operacionais e profundas e estamos alcançando avanços e atualizações. Fazer dois Enem por ano por quê? Para diminuir a tensão ou por que há público? Temos o alicerce estrutural para fazê-lo, mas temos que pensar que benefício isso terá para a educação", conclui.

(Clarissa Vasconcellos – Jornal da Ciência)

26/7/2012 - Sérgio Mascarenhas passeia pela história da cultura e ciência e defende um modelo independente de desenvolvimento

O renomado e premiado cientista emocionou a plateia de pesquisadores e estudantes na 64ª Reunião Anual da SBPC, propôs uma "revolução tropical" mais humanista e falou da Olimpíada do Conhecimento, que poderá ser realizada em 2016.

Sérgio Mascarenhas nunca passa despercebido. Essa "fortaleza", segundo as palavras da presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, chama a atenção tanto pela abundante sabedoria e méritos quanto pela simplicidade e gentileza com que trata as pessoas. Não foi diferente na quarta-feira (25) quando apresentou - de pé e se movimentando muito "para estimular o cérebro" - a conferência 'Dependência é morte: propostas para o Brasil do século XXI'.

Helena, que introduziu a palestra, deu um panorama da trajetória de Mascarenhas, físico, químico e presidente de honra da SBPC, citando prêmios como o Grã Cruz da Ordem do Mérito Científico, cátedras internacionais e cargos como os de professor visitante em universidades como Harvard, Princeton e no MIT. Também lembrou seu papel como um dos criadores da Embrapa.

Mascarenhas abriu a conferência avisando que a "ciência brasileira está sendo machucada", numa referência ao contingenciamento de recursos da área de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação.

Da Grécia Antiga à internet - O professor recordou a importância de conhecer a história para acertar no futuro e por isso estruturou a aula usando seis grandes revoluções tecnológicas e culturais da Humanidade. Ao falar do primeiro período escolhido, que ia do início do pensamento greco-romano até a idade medieval, lembrou a necessidade de unir a teoria (Platão) à prática (Aristóteles), para em seguida emendar no Renascimento e no início da ciência moderna, com Galileu

Galilei e Isaac Newton.

Depois, pontuou a "sofisticação" do Iluminismo e o marco político que a Revolução Francesa representou para o mundo, "um padrão de revolta". A partir daí, os avanços começam a se acelerar, entrando na Revolução Industrial e logo na Revolução do século XX, com a ciência se desenvolvendo a partir da mecânica quântica, relatividade, física atômica e nuclear, além das pesquisas espaciais.

Finalmente, ele chegou ao século XXI, pontuando os sistemas complexos, a globalização, energias alternativas e sustentabilidade, dando destaque a Alan Turing e Claude Shannon. "Se não fosse por eles, não haveria internet, celulares, robótica, mas ninguém sabe quem são", destaca. Mascarenhas disse que é o momento da "revolução do conhecimento". "É nossa chance para essa crise. Agora que a Europa está indo para o fundo, temos a oportunidade de criar uma cultura mais apropriada e mais humanista, talvez uma revolução tropical", sugere.

Nesse sentido, ele insiste que é necessário "sair dessa cultura 'porca' de 500 anos de colonização portuguesa e espanhola" e criar modelos de desenvolvimento próprios, o que necessariamente passa por inovação e por "sair da torre de marfim", numa referência aos acadêmicos que teimam em não valorizar o intercâmbio com os criadores de tecnologia. "Acham que são vendidos e que estão gastando o dinheiro do Governo com as empresas".

"Até hoje estamos exportando commodities e se não fosse a Embrapa estaríamos pior ainda. Temos que nos impregnar dessa história para termos poder de decisão e de criar políticas de Estado", afirma. Para implementar a inovação, ele sugere o modelo dos cinco "is": invenção, imitação, interdisciplinaridade, imperfeição corretiva e investimentos.

Banquete de Tântalo - Mascarenhas ressaltou uma série de limitações e problemas como o analfabetismo, tanto literal quanto filosófico. "O que o Brasil tem de melhor são as crianças e não o fato de termos mais de duzentos milhões de celulares. Tanta celularidade para comunicar o quê?", alega.

Ele também relaciona ciência e arte, ressaltando a importância dos estudos sociais e manifestações culturais. "A literatura é tão importante quanto a física, aliás, é ainda mais importante. Cesar Lattes dizia que a ciência é filha bastarda das artes", relembra. "O que elas têm em comum? A criatividade. Há muito cientista que não é criativo e os artistas, assim como as crianças, são inovadores, isso é darwiniano", compara.

Ainda usando o gancho da arte, mostrou uma pintura que representa o mito grego do Banquete de Tântalo, que esquitejou o próprio filho para impressionar os deuses. "Estamos fazendo isso com as crianças brasileiras, um esquitejamento cultural com analfabetismo, esquitejando o futuro delas e do País", sublinha, citando o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa como uma das soluções.

Mascarenhas também falou da proposta de realizar uma Olimpíada do Conhecimento em 2016, paralelamente aos jogos olímpicos no Rio de Janeiro. A proposta foi bem recebida pelos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação e um comitê para organizar a competição está sendo constituído. Ele também falou da criação de uma rede nacional de centros interdisciplinares de sistemas complexos, que já foi proposta por Mascarenhas a Capes.

(Clarissa Vasconcellos – Jornal da Ciência)

25/7/2012 - Conferência apresenta novidades no programa espacial brasileiro

Uma nova carteira de projetos, maior participação industrial e domínio de tecnologias críticas são as principais características e objetivos do novo Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), apresentado ontem (24), na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acontece em São Luís, no Maranhão, até sexta-feira (27).

Quem falou sobre as mudanças foi o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho, durante sua conferência 'O Programa Espacial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável'. Dirigindo-se a um público predominantemente composto por jovens universitários, ele fez uma apresentação didática do PNAE.

Coelho explicou por que é importante para um país das dimensões do Brasil ter um programa espacial. "A política espacial brasileira atende a demandas concretas do País e da sociedade", disse. "Entre elas, podemos citar a prevenção e alerta de desastres, a estratégia nacional de defesa, o monitoramento ambiental e a segurança alimentar e hídrica." O presidente da AEB também ressaltou os aspectos tecnológicos de um programa espacial. Segundo ele, desenvolver tecnologia nessa área significa progresso em todas as outras. "Ela é fundamental para o avanço da própria ciência e das outras tecnologias", disse. "A complexidade tecnológica da atividade aeroespacial é a segunda no ranking da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)", contou Coelho. "Ela só perde para a farmacêutica."

Em relação às mudanças no PNAE, o presidente da AEB destacou a maior participação da iniciativa privada nas atividades espaciais. Para isso foi criada uma Empresa Industrial Nacional, mista entre governo e setor privado, chamada Visiona, que será a encarregada de fabricar os satélites e equipamentos de solo, e assinar contratos para isso com outras empresas, nacionais ou internacionais. A Visiona também contratará as companhias para os lançamentos dos satélites. Acima dela na estrutura do novo PNAE está o Escritório de Projetos (EP), constituído pela Telebrás, Ministério da Defesa, AEB e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dois primeiros também fazem parte da instância máxima do novo PNAE, que é o Comitê Diretor de Projeto (CDP), composto ainda pelos ministérios das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quanto à nova carteira de projeto, está previsto o lançamento de 12 novos satélites até 2019. O primeiro deles, o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres 3 (Cbers, na sigla em inglês), que na verdade é o quarto dessa série produzida em parceria com a China, porque existem o Cbers-2 e o Cbers-2B, além do Cbers-1, deve ser lançado ainda este ano. Em 2014 deverá ser colocado em órbita o Cbers-4. Entre os 12 previstos para serem lançados, estão dois de comunicações, um em 2014 e outros em 2019, e quatro de monitoramento ambiental, entre 2014 e 2018.

(Evanildo da Silveira para o Jornal da Ciência)

25/7/2012 - Debate sobre uso dos computadores nas escolas

Os aspectos positivos e negativos do Programa Um Computador por Aluno (Prouca), do governo federal, foram discutidos ontem (24) na mesa-redonda 'Tablets, notebooks e computadores na escola: políticas públicas em debate', realizada durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorre em São Luís até sexta-feira (27).

Entre os aspectos positivos, foram ressaltados o aumento da motivação de alunos e professores e o envolvimento de toda a escola e da comunidade da qual ela faz parte com o programa. Quanto aos negativos, destacou-se a falta de sintonia do Prouca com a realidade das redes estaduais e municipais de educação, desconsiderando as diferenças regionais.

O Programa Um Computador por Aluno tem como objetivo ser um projeto educacional utilizando tecnologia e inclusão digital. Para isso, num primeiro momento, foram distribuídos 150 mil laptops educacionais, para estudantes e professores de 300 escolas públicas (urbanas, rurais, estaduais, municipais), das 27 unidades da federação. Além disso, o Prouca forneceu a infraestrutura necessária para acesso à internet e a capacitação de gestores e professores no uso da tecnologia.

Coordenada pelo físico e mestre em Educação, Nelson de Luca Pretto, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a mesa-redonda teve como debatedores Roseli de Deus Lopes, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), e Paulo Gileno Cysneiros, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ambos especialistas no assunto e com experiência no Prouca. Embora os dois tenham abordado os aspectos positivos e negativos do Programa, Roseli deu mais destaque aos primeiros, enquanto Cysneiros preferiu ressaltar os segundos.

Para Roseli, o Prouca possibilita a reorganização de tempo e espaço de alunos e professores, tornando as aulas mais produtivas, e aumenta a colaboração entre docentes, entre estudantes, e entre estudantes e docentes. Mas ela também vê problemas, como descontinuidades e a interrupção ou não formalização de responsabilidades em projetos do Programa. "A falta de manutenção e atualização dos computadores e softwares também prejudica o Prouca", disse. "Há ainda uma excessiva rotatividade de professores nas redes de ensino e interrupção das atividades de formação continuada dos docentes."

Cysneiros, por sua vez, vê problemas tanto nos equipamentos fornecidos pelo Programa como nos professores e gestores encarregados de colocá-lo em prática. "As telas dos laptops são de baixa qualidade e seu funcionamento é lento, a duração das baterias é limitada, há travamento de programas e assistência técnica é precária", criticou. "Quanto aos professores e gestores, a maioria é iniciante em informática, desconhece os software no laptop, não têm conexão com a internet em casa e não dispõem de tempo para estudo na escola e nem interesse para a formação a distância."

(Evanildo da Silveira para o Jornal da Ciência)

25/7/2012 - Conferência analisa continuidades e rupturas da teoria da evolução

Guillermo Folguera afirma que nos últimos quinze anos houve uma aceleração na discussão sobre as modificações teóricas, incluindo o questionamento da exclusividade do gene como unidade de hereditariedade.

Ele é considerado a unidade fundamental da hereditariedade na genética clássica, mas o gene pode ganhar a companhia de outros fatores, como o comportamental e a influência epigenética na explicação da herança, de acordo com Guillermo Folguera, da Faculdade de Ciências Exatas e Naturais e da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, que proferiu ontem (24) a palestra 'Continuidades y Rupturas en la Teoría de la Evolución' na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

"O gene foi considerado durante décadas a única unidade de hereditariedade, mas hoje quer se aliar à epigenética, aos estudos comportamentais de aprendizagem social e à linguística, esta última no caso do homem", afirma Folguera. "Não se está apenas criticando a exclusividade do gene como unidade de hereditariedade. O que ocorre há quatro décadas é que se está tirando a relevância dele em muitos aspectos no âmbito genético", detalha Folguera ao Jornal da Ciência.

Nesse sentido, entra a mudança dele como unidade de hereditariedade exclusiva, e também a "complexa relação fenótipo-genótipo" o que, segundo o pesquisador, "nos faz pensar a vida em diferentes níveis, onde o genético seja só um deles" e que cada vez que se tenha que descrever um fenômeno biológico seja necessário levar em conta um determinado conjunto de níveis.

Jogo de interesses - No entanto, a ideia é ainda muito discutida porque envolve distintos interesses. "Por exemplo, para onde destinar o dinheiro de pesquisas sobre o câncer? Para estudos genéticos, estudos celulares, estudos organísmicos? Há grandes implicações de ordem ética, política e econômica", alega Folguera.

O pesquisador também afirma que há resistências à ideia da quebra da exclusividade também por "dificuldades epistêmicas". "Uma ideia de que o fenótipo se herda se aproxima muito mais ao lamarckiano que darwiniano, como no caso, por exemplo, da indução ambiental, quando o ambiente gera a mudança do fenótipo. Mas os biólogos odeiam a palavra lamarckiano, por toda oposição que Darwin teve com Lamarck", relata.

As referências profissionais de Folguera citadas já dão uma ideia de sua trajetória, que une biologia e filosofia, disciplinas nas quais ele não só se especializou, mas estabeleceu conexões. "Aos poucos ele se tornou um

biólogo filósofo e encontrou campo fértil na teoria da evolução. Longe de ser contínua, a evolução encontra percalços, discussões e rupturas", conta o professor Ennio Candotti, vice-presidente da SBPC, apresentador da palestra de Folguera.

Histórico das teorias - Durante a conferência, o pesquisador argentino analisou as continuidades e descontinuidades da teoria da evolução nas últimas cinco décadas, indagando os efeitos epistemológicos, metodológicos e ontológicos das mudanças na teoria.

Ele explicou a composição do "núcleo duro" da genética, formado pela genética clássica, genética das populações e ecologia evolutiva, consideradas disciplinas "que explicam". Paleontologia e anatomia comparada, por outra parte, apresentam dados e fenômenos para serem explicados. Folguera se focou nos conjuntos das genéticas clássica e de populações, relacionando a primeira às origens das variações genotípicas e fenotípicas e à EvoDevo e a segunda a mecanismos microevolutivos, paleontologia e hierarquias seletivas.

"A genética clássica e a genética de populações cumpriram, durante o século 20, com as expectativas metodológicas, epistemológicas e ontológicas de biólogos e filósofos da tradição do empirismo lógico. A genética de populações logrou cumprir as expectativas de ser uma ciência propriamente, tendo a física como disciplina exemplo. Ela tem um funcionamento como o da física", compara, citando texto que produziu com o brasileiro Melender de Araújo.

Após falar das bases e da diversidade de propostas nos séculos 18 e 19, e da predominância da síntese biológica entre os anos 1930 e 1960, Folguera focou nos anos 1970, quando houve o que ele chama de "primeira onda" de críticas, expansões e alterações da síntese biológica.

A "segunda onda", de acordo com o Folguera, surgiu a partir de 1995, quando começou uma aceleração nas discussões, que vem se intensificando com temas como a quebra da exclusividade do gene como unidade de hereditariedade. "Foram registradas grandes modificações na teoria da evolução na última década e isso foi se acelerando. Hoje estamos discutindo mudanças muito importantes", destaca.

(Clarissa Vasconcellos - Jornal da Ciência)

25/7/2012 - AEB defende parcerias e investimentos em educação para minimizar conflitos em Alcântara

Em uma tentativa de minimizar os conflitos em Alcântara, o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho, divulgou na segunda-feira (23) várias medidas de estímulos para o município que abriga a Base Espacial do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), a 18,3 quilômetros de São Luís, capital do Maranhão.

Depois de ouvir as queixas de moradores quilombolas em defesa da regularização de terras e sobre a falta de investimento em educação e em infraestrutura em Alcântara, o presidente da AEB considerou fundamental a implementação de parcerias entre os governos Federal, Estadual e Municipal para fomentar a região. Dentre outras medidas, ele defendeu principalmente investimentos significativos na educação básica, técnica e universitária a fim de mudar a cultura na região.

"Para resolver essa questão definitivamente temos de mudar a cultura. E só muda a cultura pela educação. Se não formos capazes de mitigar os conflitos nas esferas de governo essas mazelas serão eternas", disse o presidente da AEB na mesa-redonda "Benefícios econômicos e sociais da Base de Alcântara para o Maranhão. Para quem e quando?", realizada na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Mediado pelo reitor da universidade, o debate teve a participação de Leonardo dos Anjos, dirigente do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, e de Raimundo Soares do Nascimento, representando o prefeito de Alcântara. Na ocasião, o representante do prefeito de Alcântara reforçou o impacto negativo da Base Espacial na região e destacou a carência do município. "Antes as pessoas tinham a beira-mar e tinham a pesca como a principal atividade econômica e, agora, depois do deslocamento das pessoas para outras regiões a agricultura não deslanchou", disse.

Nascimento acrescentou que a economia do município ainda é presa aos modos tradicionais (artesanato), a população das agrovilas (comunidades) cresceu e a infraestrutura não acompanhou tal crescimento. "É necessário apoio e investimentos nessas áreas", disse, defendendo também capacitação técnica na região.

Com opinião semelhante, o dirigente do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara acrescentou que a economia das comunidades rurais é movimentada hoje pela aposentadoria e pelos recursos do programa federal Bolsa Família, já que a agricultura enfrenta problemas de seca e está alocada em áreas não produtivas.

Solução conjunta - Maranhense, o presidente da AEB "ofereceu à Prefeitura apoio e companheirismo em prol de uma solução conjunta" para os moradores de Alcântara. Segundo ele acredita, a Base Espacial de Alcântara proporcionará às comunidades quilombolas uma série de benefícios, dentre os quais, a geração de emprego. Dessa forma, Braga Coelho sugeriu o fomento em capacitação técnica dos quilombolas para trabalharem na Base de Alcântara, inclusive na gestão do empreendimento.

José Raimundo defendeu a participação de investimento do setor privado situado na região, como a Vale, a exemplo do que faz a Embraer no Parque Tecnológico de São José dos Campos do qual ele era diretor. Segundo disse, a Embraer investe consideravelmente em educação na cidade paulista.

"Meu objetivo é trabalhar juntamente com as comunidades. Vamos fazer muito esforço para mitigar essas mazelas", disse ele, citando que na véspera havia conversado com a governadora do Maranhão, Roseane Sarney e com o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Marco Antonio Raupp, além com o reitor da UFMA.

Promessas não cumpridas - Desconfiado, o dirigente do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara cobrou a promessa realizada há dois anos para a qualificação profissional de 300 moradores da região para trabalharem na AEB. O presidente da AEB fez questão de frisar que, inicialmente, era estimada uma área de 60 mil hectares para a implementação da Base Espacial de Alcântara, o que seriam um "tamanho razoável", número que foi reduzido para oito mil hectares de terra, sob pressão judicial. A medida ainda precisa da aprovação da presidente Dilma Rousseff. Os quilombolas aceitam essa medida.

O presidente da AEB acrescentou não poder mudar o projeto que está em curso, mas pode mudar a rota dele, focando os investimentos na educação da população local, por exemplo. "O tamanho foi tremendamente reduzido e, portanto, suas aspirações e retornos comerciais proporcionalmente também serão reduzidos. Ao invés de instituir vários ciclos de lançamentos, agora, na melhor das hipóteses, serão três. Mas esse não é o problema maior. O problema é fazer isso de maneira harmônica", declarou o presidente da AEB.

Infraestrutura - José Raimundo destacou que a agência, juntamente com o MCTI, vai priorizar os projetos na região. Sem citar investimentos, ele falou sobre a construção do porto no Acoradouro como um dos projetos mais importantes. "Estamos trabalhando para colocar isso no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] porque é uma construção de infraestrutura portuária", declarou, afirmando que o projeto aguarda mais uma vez a liberação da licença ambiental para ser construído.

Ele também citou a proposta de construir uma ponte "enorme" para viabilizar a mobilidade de São Luís à Alcântara, independentemente da oscilação da maré que varia seis metros de altitude (recua e sobe) para beneficiar a população que hoje não têm com se deslocar para a capital de barco quando a maré recua muito.

Além de permitir acessibilidade às cargas de foguetes espaciais da capital para a Base Espacial de Alcântara, a proposta é também estimular a educação para que moradores possam estudar em São Luís e vice-versa, destacou o presidente da AEB. Ele concorda que essa obra requer um investimento significativo. "É por isso que estamos saindo fora do nosso orçamento e sugerindo colocar isso no PAC", disse. Este ano o MCTI sofreu um novo corte no Orçamento de quase 23%.

(Viviane Monteiro - Jornal da Ciência)

Moradores de comunidades quilombolas mantêm pressão pela regularização de terras na Base Espacial de Alcântara, onde desde 1980 está fixado o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), da Agência Espacial Brasileira (AEB). Há 30 anos, os quilombolas buscam recuperar uma extensão de área estimada em 78 mil hectares de terra usados para implementar o CLA, onde existem mais de 150 comunidades quilombolas. A afirmativa é do advogado Danilo da Conceição Serejo Lopes, que proferiu, na segunda-feira (23), a conferência 'A Base Espacial e as comunidades quilombolas de Alcântara', durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Luís.

As terras desapropriadas dos quilombolas foram passadas para a União, para a construção do CLA, gerando conflitos fundiários no município, hoje com 21,851 mil habitantes, a maioria descendente de quilombolas e indígenas - e que registra um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) nacional, acompanhando a tendência da maioria dos municípios do Maranhão.

"É fundamental o governo federal cumprir o papel constitucional de regularizar o território quilombola de Alcântara", disse o quilombola Serejo Lopes à plateia composta por dezenas de estudantes, cientistas, pesquisadores e outros no auditório central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde o evento é realizado até sexta-feira (27).

Nascido em Alcântara, Serejo Lopes foi convidado para falar dos conflitos no município. Ele representa a primeira geração dos quilombolas de Alcântara a conquistar uma formação universitária. Foi graduado em Direito na Universidade Federal de Goiás e é também pesquisador do Programa Nova Cartografia Social (PNCS) da Fundação Amazônia.

Impacto socioeconômico e ambiental - Apesar de ser um dos principais pontos turísticos do Maranhão e abrigar a Base Espacial de alta tecnologia e referência internacional, o município de Alcântara, a 18,3 quilômetros de São Luís, possui um contraste socioeconômico significativo, embora as promessas eram de que o projeto levaria o desenvolvimento para a região. Ao contrário disso, afirma Serejo Lopes, a situação dos quilombolas foi agravada pela implementação da Base de Alcântara, uma vez que a economia local é pautada basicamente pela agricultura familiar, principalmente feijão, arroz e mandioca, além da pesca. A seca tem prejudicado o cultivo agrícola na região e a presença do CLA na área ocupada até então pelos quilombolas inviabiliza a pesca e reduz a área agrícola cultivada.

Fixado em uma área de mangue, igarapés e mar, o CLA empurrou os quilombolas para o interior, até então assentados na região litorânea, e para longe de áreas agrícolas menos produtivas, gerando impactos negativos tanto na natureza quanto na agricultura. Como exemplo, Serejo Lopes destacou a queda de 45% da produção de arroz dez anos, de 1986 a 1996, em decorrência da redução da área cultivada do grão, na mesma proporção. Ele não citou dados agrícolas mais recentes.

Violação aos direitos constitucionais - Segundo Serejo Lopes, hoje os quilombolas precisam pedir uma permissão à autoridade federal para circular na área da Base de Alcântara, ferindo os direitos constitucionais, como a dignidade humana, o direito à alimentação, à moradia e à terra para o cultivo.

"O Centro de Lançamento de Alcântara transformou-se em uma violação de direitos humanos da população, desde a garantia à alimentação até à moradia", analisou Serejo Lopes, em sua conferência apresentada pelo presidente do PNCS da Fundação Amazônia, Alfredo Wagner Berno de Almeida, conselheiro da SBPC.

Visão antropológica - Com a mesma opinião, a antropóloga Cynthia Carvalho Martins, da Universidade Estadual do Maranhão, afirma que uma parte litorânea da área de Base de Alcântara foi privatizada (leia-se "alugada") para empresas fornecedoras de serviços ao próprio CLA, o que piora a situação dos quilombolas que não podem acessar o oceano para a pesca. "O que existe em Alcântara é a desmobilização de modos de vidas e de áreas de ocupação antiga. É uma violação de direitos garantidos pela Constituinte", observa Cynthia, também pesquisadora do PNCS da Fundação Amazônia.

Histórico - Estudioso do assunto, Serejo Lopes discorreu sobre o histórico do projeto do CLA, criado pelo decreto 7.820, publicado em 12 de setembro de 1980, pelo então governador do estado, João Castelo. Inicialmente, eram previstos 52 mil hectares, prejudicando direta e indiretamente 23 comunidades quilombolas, o equivalente a 312 famílias deslocadas de suas terras secularmente ocupadas pelos seus descendentes. Alcântara foi fundada em 1648. Em 1986 foi assinado o decreto presidencial mantendo a mesma área

demarcada. E após cinco anos o então presidente da República, Fernando Collor de Mello, fez uma mudança no decreto adicionando 10 mil hectares na área, perfazendo um total de 62 mil hectares na Base de Alcântara, demarcação utilizada nos dias atuais, que foram desapropriados pelos quilombolas.

Mobilização da população - Preocupados com os impactos negativos na região, em 1999 a população criou o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara. Nesse mesmo ano, foi realizado o seminário: A Base Espacial e os impactos sociais, organizado pelo Sindicato Rural do município. Foi quando iniciaram os conflitos em Alcântara. As comunidades se uniram e decidiram a não ceder mais nenhum palmo de

terra ao Projeto. Serejo Lopes declara, porém, que até agora o estado tem sobressaído nos conflitos.

Em 2001 os quilombolas entraram com uma ação contra o Estado no Ministério Público por não respeitar os direitos constitucionais dos moradores locais. Baseado em relatório técnico de identificação e delimitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério Público determinou que o processo de regularização fundiário do território quilombola de Alcântara abrange 78 mil hectares de terra onde estão reunidas 150 comunidades quilombolas, excluindo o espaço ocupado pelo CLA, de 24 mil hectares aproximadamente, segundo Serejo Lopes. A AEB é interessada nessas áreas para a expansão da Base Espacial Brasileira. Já o programa Nova Cartografia Social mostrou que essa extensão de terra, com quilombolas residentes, é maior do que os 78 mil hectares.

O processo jurídico está parado desde 2008 na Advocacia Geral da União (AGU), para onde foi encaminhado depois de o Ministério Público divulgar o relatório técnico no Diário Oficial da União, em 4 de novembro de 2008. O relatório, porém, foi contestado dentro do prazo de 90 dias pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Presidência da República, que na ocasião manifestou sinais de equilibrar interesses. Dessa forma, foi instaurada uma comissão de conciliação na AGU, que reduziu a extensão de área da Base de Alcântara de 62 mil hectares para oito mil hectares. Nesse caso, seria da presidente Dilma Rousseff a canetada final para garantir a titularidade dessas terras em nome das comunidades quilombolas.

Expectativa de reversão - Serejo Lopes espera que o Brasil consiga reverter tal situação em razão da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) segundo a qual determina consulta prévia dos moradores para qualquer projeto governamental. Assim, 2012 é um ano importante para os quilombolas porque o Brasil tem de "prestar contas" sobre esse documento internacional.

(Viviane Monteiro - Jornal da Ciência)

25/7/2012 - Ciência sem Fronteiras: avanços e questionamentos

Mesa da 64ª Reunião Anual da SBPC apresentou perspectivas do programa e também pontos polêmicos como a baixa participação das ciências sociais e as limitações linguísticas de estudantes.

O programa Ciência em Fronteiras (CsF) foi tema de uma mesa-redonda ontem (24) durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) intitulada 'Fronteira da Ciência sem Fronteira', que apresentou resultados, perspectivas e questionamentos a respeito do programa que há exatamente um ano, dia 25 de julho de 2011, foi anunciado pela presidente Dilma Rousseff.

Jorge Guimarães, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), abriu a conferência dando um panorama da situação. Ele lembra que das 101 mil bolsas prometidas, quinze mil foram concedidas e que até o fim do ano alcançarão o número de vinte mil. "Antes do programa, as duas agências juntas [Capes e CNPq] tinham cinco mil bolsas, então foi um passo muito grande", afirma.

Ele relembra que o programa começou com bolsas nos Estados Unidos porque o Brasil já tinha muitas delas para países europeus - cerca de 3/4 das bolsas eram para o continente. E afirma que os estudantes estão "ensinando muito" às agências com essa experiência. Um exemplo é a comparação entre o número de horas de aula por semana em diferentes países.

Enquanto nos EUA a média é de quatorze, no Brasil são quarenta, o que afeta o rendimento dos alunos. "Apostamos que haverá uma mudança na cultura das nossas universidades. Se temos um grande defeito, esse é

ter aulas demais", sentencia. Outro "ensinamento" é o intercâmbio cultural vivido pelos alunos, facilitado pela convivência em alojamentos. "Temos dificuldades de criar alojamentos no Brasil e isso faz uma enorme diferença", completa.

Limitações e propostas - É consenso que os jovens brasileiros ainda apresentam um fraco desempenho na segunda língua, especialmente o inglês, fundamental para a obtenção da bolsa. "Isso está forçando as universidades a oferecerem cursos de idiomas mais avançados, abrangentes, e bons cursos a distância. Também há a possibilidade de oferecer imersões na língua no destino. A melhora será sentida ao longo dos anos", acredita Glaucius Oliva, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Luana Bonone, diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), lembrou que dois terços dos postulantes ao Ciência sem Fronteiras foram reprovados no exame de inglês.

Luana apresentou uma série de reflexões e proposições para o CsF, expressas numa resolução criada durante o 23º Congresso Nacional de Pós-Graduandos. Entre elas, o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação. "Por almejar voos tão promissores, seria legítimo que houvesse investimento similar na pós-graduação nacional", alega. Ela relata também alguns problemas apontados na resolução, como prazos de editais muito curtos e a falta de uma comunicação mais efetiva.

Além disso, a diretora da ANPG sugere a preparação de medidas para receber de volta esses pesquisadores ("já temos o problema de absorção de doutores pelo mercado"); uma contrapartida das universidades anfitriãs, como a criação de cátedras sobre o Brasil; e o fortalecimento da relação com o eixo sul, criando parcerias também com os países vizinhos.

Oliva lembra que a ciência do Brasil está mudando sua imagem lá fora e também entre as empresas (que, de acordo com o presidente do CNPq estão cada vez mais interessadas nesses pesquisadores) com ajuda do programa. E cita como exemplo a recente inclusão da Universidade de São Paulo entre as cem melhores universidades em rankings internacionais, especialmente os opinativos, onde não figurava antes. "As pessoas estão passando a conhecer o Brasil e passam a pensar nele como um lugar para se fazer parcerias", assegura.

Ciências sociais - Outra questão muito debatida foi a exclusão - aparentemente sem previsão de ser modificada - de cursos de ciências sociais do programa. Luana relacionou a área ao desenvolvimento do País, que não depende apenas de variantes tecnológicas. Guimarães lembra que foi uma decisão da presidente Dilma e que o CsF acabou gerando um efeito colateral positivo que beneficiou os alunos desse campo.

"Nos programas tradicionais da Capes e do CNPq não há prioridade de área e, em consequência, a quantidade de bolsistas de ciências sociais aumentou, pois migramos os candidatos das outras ciências para o Ciência sem Fronteiras e as vagas sobram", alega. Contudo, essas vagas não contemplam alunos de graduação, só pós-graduandos, ao contrário do CsF.

"Acho que isso vem acontecendo com frequência, as ciências humanas, sociais e aplicadas ficam com as sobras. Acho que a gente tem que pensar se essa é a melhor forma de tratá-las", rebate Maira Baumgarten Correa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, outra das palestrantes da mesa. Em sua apresentação, ela sublinhou a necessidade de criar modelos e não copiar os de fora. E ressaltou a responsabilidade das empresas.

"Temos que destinar recursos nossos a fundo perdido para empresas ou incentivar que elas façam pesquisa e desenvolvimento no Brasil? Nossa opção foi importar tecnologia desde sempre. Temos que fazer com que o setor privado faça P&D e com isso possa absorver nossos doutores", sentencia.

"A fronteira da ciência está na fronteira do conhecimento de cada pesquisador, por isso precisamos de mais cientistas. Ciência é como futebol, só vamos ter um prêmio Nobel quando houver muita gente jogando", conclui Guimarães.

(Clarissa Vasconcellos - Jornal da Ciência)

25/7/2012 -Idioma inglês, educação e orçamento são os desafios da ciência, diz Prêmio Nobel de Química 2011

Daniel Shechtman encantou centenas de estudantes, cientistas, pesquisadores em apresentação na 64ª Reunião Anual da SBPC sobre sua trajetória na descoberta dos quasicristais.

A limitação do idioma inglês, a qualidade da educação e a manutenção do orçamento para pesquisa são os três gargalos da área científica, principalmente de países em desenvolvimento - disse o cientista israelense Daniel Shechtman, ganhador do prêmio Nobel de Química em 2011.

Ele concedeu entrevista coletiva à imprensa ontem (24) após ministrar conferência na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís.

Segundo Shechtman, a língua do mundo científico é o inglês e nem todos os cientistas falam esse idioma. "A ciência é universal, mas o idioma pode ser um obstáculo", disse o cientista, que ganhou o Prêmio Nobel de Química no ano passado pela descoberta dos quasicristais em 1982, teoria que alterou a forma como os químicos entendem a matéria sólida e abriu espaço para pesquisas do diesel até materiais para painéis.

No caso da educação, ele disse ser necessário começar a investir nessa área muito cedo e com alta qualidade nos países latino-americanos. Além disso, as crianças devem ter acesso à ciência na pré-escola. Em países desenvolvidos, ele exemplificou, as crianças com seis anos de idade já sabem ler.

O Nobel de Química de 2011 acrescentou que o orçamento para pesquisa "deve ter um fluxo contínuo". Pois sem ele "não há ciência". Segundo Shechtman, os cientistas também devem contribuir e pautar o governo sobre as prioridades da área.

Futuro da química verde - Respondendo à imprensa sobre o futuro da química no Brasil, ele declarou que "não há como prever". Acrescentou, porém, que em um país rico em biodiversidade, como é o Brasil que possui a Amazônia, a ciência biológica precisa ter forte investimento em pesquisa e trabalhar em parceria com o setor da química. Para tanto, o cientista israelense disse, essa medida requer tempo e educação com alta qualidade.

"Se não for assim o Brasil vai continuar fazendo, mas não conquistará a liderança", disse. Ele considera fundamental para a ciência a comunicação e a troca de experiência com outros países.

Nascido em 1941 em Tel Aviv, o Nobel de Química de 2011 é professor dos departamentos de Engenharia de Materiais do Instituto Tecnológico de Haifa, em Israel, e de Ciências dos Materiais da Universidade Estatal de Iowa, nos Estados Unidos.

Gravata - Antes de conceder coletiva à imprensa, o Prêmio Nobel de Química de 2011 ministrou conferência no auditório principal da UFMA. Bem humorado, ele chamou a atenção pela sua gravata azul marinho com desenhos de elementos químicos.

Trajetoária - Na Reunião Anual da SBPC em São Luís, Shechtman encantou a plateia composta de centenas de estudantes, cientistas, pesquisadores, dentre outros, ao falar sobre sua trajetória na descoberta dos quasicristais. Ele lembrou ter sido rejeitado pelos próprios colegas e por eminentes cientistas e chegou a ser retirado do grupo de pesquisa quando apresentou seu "paper" sobre a teoria.

Shechtman, que considera a perseverança e tenacidade elementos importantes para qualquer jovem cientista, publicou seu trabalho na revista Physical Review Letters em 1984.

Na conferência, o cientista israelense explicou como foi a descoberta dos quasicristais. Antes da conclusão de sua teoria, lembrou ele, os cientistas acreditavam que a matéria sólida era sempre de átomos organizados em uma ordem definida que podia ser repetida diversas vezes para formar uma estrutura de cristal. Sua teoria revelou, porém, que os átomos não possuíam apenas um arranjo que podia ser repetido. Ao analisar as imagens de um material ele descobriu um formato inexistente até então.

(Viviane Monteiro - Jornal da Ciência)

25/7/2012 - Nota de Esclarecimento - SBPC reitera sua posição em defesa das ações afirmativas nas universidades públicas, sem prejuízo da qualidade da educação

A SBPC sempre foi favorável a programas de ação afirmativa, e lembra que as instituições públicas de ensino superior do país já vêm adotando essas ações por meio de diferentes modelos adequados à realidade de cada uma delas. Não procede, portanto, a afirmação de que a SBPC é contra as cotas nas universidades públicas. O que nos preocupa é o Projeto de Lei nº 180/2008, que está para ser votado no Senado Federal, e que fere autonomia universitária.

O referido PL determina a reserva de metade das vagas nas instituições de ensino superior públicas para estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas. Além disso, em seu artigo 2º, proíbe a realização de exames vestibulares ou o uso do Enem, obrigando que o processo seletivo adote exclusivamente a média das notas obtidas pelos candidatos nas disciplinas cursadas no ensino médio. Dessa maneira, o ingresso no ensino superior deixa de ser responsabilidade da universidade e passa a ser subordinado aos critérios de cada escola, o que pode levar à queda na qualidade da educação superior no Brasil. A universidade deixa de opinar sobre o perfil do seu estudante.

Consideramos que ao mesmo tempo em que o país precisa criar condições mais inclusivas para o acesso à universidade, também necessita aumentar a qualidade dos cursos de ensino superior oferecidos em instituições públicas e privadas, especialmente quando se leva em conta o número de estudantes financiados pelo Prouni. Por isso, reiteramos que, para a SBPC, o acesso dos brasileiros à educação superior é tão importante quanto o grau de excelência desta educação. A oferta de oportunidades educacionais de qualidade é a garantia da cidadania e do desenvolvimento sócio econômico do Brasil.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

25/7/2012 - Mesa debate a história e as perspectivas dos experimentos com animais

Coordenador do Concea e representante do Inmetro - que falou da necessidade de se validar os métodos alternativos no Brasil - apresentam experiências na área nos últimos anos.

Um histórico contando como o Brasil e o mundo vêm lidando com os experimentos com animais em laboratório abriu a conferência 'Sistema Ceua-Concea', que aconteceu ontem (23) durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Coube a Marcelo Morales, coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), traçar essa trajetória. "É quase impossível neste momento pensar a experimentação sem o uso de animais, principalmente na área de saúde", assegura Morales.

Ele lembrou que na Inglaterra do século 19 surgiu dos primeiros movimentos em defesa dos animais, que constituiu no primeiro passo para garantir um esboço das atuais diretrizes. Tal esboço foi estabelecido nesse país em meados do século 20 e que dizia que só devem ser utilizados animais quando não existir possibilidade de sua substituição por outra tecnologia. Também estabelecia que, em caso de necessidade de seu uso, deveria se reduzir o número de animais, bem como aperfeiçoar as técnicas experimentais, de forma a minimizar a dor e o sofrimento deles, o que se traduz no conceito dos três R: replacement (substituição), reduction (redução) e refinement (refinamento das técnicas para que os animais não sofram).

Esse embrião de leis deixou claro que o resultado ideal é que não haja a utilização de animais com propósitos de investigação científica. No entanto, o resultado concreto foi o obtido, por exemplo, pela Comunidade Europeia, onde o Centro Europeu de Validação e Métodos Alternativos vem desenvolvendo maneiras de substituição e criando modelos de simulação por computador. Morales citou exemplos também nos Estados Unidos e Austrália antes de entrar no caso do Brasil.

Lei Arouca e Concea – Uma ameaça do governo do Rio de Janeiro em proibir o uso de animais em pesquisas no estado acelerou a aprovação da hoje Lei 11.794 de 2008, conhecida como Lei Arouca. Em maio de 2008 os cientistas começaram a se articular junto ao governo contra a proposta do vereador Claudio Cavalcante até que, finalmente, a lei foi estabelecida em outubro desse mesmo ano.

Morales lembra que se a proibição fosse aprovada pela Câmara do Rio, "seria um desastre nacional", já que isso comprometeria a produção de vacinas para o Brasil e para outros países. "Hoje o Brasil tem uma lei que protege os animais utilizados em pesquisa, isso é emblemático para um país que quer ser uma potência científica",

pondera. A Lei Arouca determina a criação do Concea, restringe a criação ou utilização de animais para ensino e pesquisa a instituições credenciadas e exige, como requisito desse credenciamento, a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais, as CEUAs. Estas devem ser integradas por médicos veterinários e biólogos, docentes e pesquisadores na área específica e um representante de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no País.

Morales lembrou também a recente Resolução Normativa nº 6, que institui a figura do coordenador de biotérios, "profissional com conhecimento na ciência dos animais de laboratório apto a gerir a unidade visando o bem estar, a qualidade na produção e o adequado manejo dos animais do biotério." A normativa também determina que o responsável técnico dos biotérios deverá ter o título de médico veterinário e registro no Conselho Nacional de Medicina Veterinária.

Entre as atribuições do Concea, figuram formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária e ética de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica, credenciar instituições para criação ou utilização de animais com finalidade de ensino ou pesquisa, monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas, entre outras.

Métodos – Nesse sentido, Regina Pekelmann, membro da SBPC e apresentadora da conferência, lembra que "todo mundo que trabalha com animais de laboratório sabe que o objetivo maior é usar modelos de animais e conseguir dar o salto para a utilização de métodos alternativos ou substitutivos". Para dar esse contraponto, José Mauro Granjeiro, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), apresentou uma palestra sobre métodos alternativos, com foco na validação.

Segundo a base legal, esses métodos são "procedimentos validados e internacionalmente aceitos que garantam resultados semelhantes e com reprodutibilidade para atingir a mesma meta dos procedimentos substituídos por metodologias que não utilizem animais, usem espécies de ordens inferiores, empreguem menor número deles, utilizem sistemas orgânicos ex vivos ou diminuam ou eliminem o desconforto". Entre as limitações dos métodos alternativos, estão a farmacocinética, a carcinogênese, a imunotoxicidade, entre outras.

Atualmente, o Brasil não tem nenhum método validado, já que agências reguladoras como a Anvisa e Ibama precisam reconhecê-los. Ele explicou como funciona em outros países, onde se busca confiança, rapidez, relevância e facilidade de transferência, entre outros fatores. "Todos os procedimentos devem atender pré-requisitos das boas práticas de laboratório (BPL)", ressalta Granjeiro.

Por sua vez, Ana Maria Guaraldo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), responsável por "um dos biotérios mais importantes do País", segundo Regina, apresentou diversos dados, como a distribuição de animais de laboratório no Brasil. Os ratos predominam, com quase metade das ocorrências, seguidos por camundongos e hamsters. Mas também aparecem cães, coelhos, pombos, primatas, ovinos e marsupiais, entre outros. Ela relatou o trabalho da Ceua da Unicamp, que funciona há 14 anos, antes mesmo da obrigatoriedade das comissões. Está composta por membros de faculdades como ciências médicas, engenharia de alimentos, odontologia, veterinária, além de representantes da comunidade civil e de uma sociedade protetora.

Ana Maria conta algumas particularidades, como o fato de não analisarem protocolos externos, sem vínculos com a universidade e destacou que a conscientização entre os cientistas para a regulamentação, sobretudo os mais jovens, vem aumentando. Seu biotério é considerado um exemplo de armazenamento, em comparação aos de outros estados, apesar de ela destacar que há a necessidade de melhorar ainda mais as condições.

"É importante sinalizar o horizonte que o Brasil vê em relação à experimentação animal. Não é só a preocupação com o bem estar deles, mas também representa a boa qualidade da pesquisa", conclui Morales.

(Clarissa Vasconcellos – Jornal da Ciência)

25/7/2012 - Sem reduzir as desigualdades, o Brasil não resolverá o problema das doenças tropicais

Enquanto o Brasil não reduzir as desigualdades econômicas e sociais de sua população não conseguirá superar os problemas causados pelas doenças tropicais. A afirmação é do farmacêutico bioquímico Sinval Pinto Brandão

Filho, do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Recife.

Ele ministrou ontem (23) pela manhã a conferência 'Medicina tropical no século XXI', durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que está sendo realizada durante esta semana, em São Luís, no Maranhão.

De acordo com Brandão Filho, o mundo vive hoje uma transição epidemiológica de muitas doenças tropicais, que estão deixando as áreas rurais e se urbanizando. É o caso da malária, da leishmaniose visceral e tegumentar, da doença de Chagas e da febre amarela, por exemplo, que já chegaram à periferia e até mesmo ao centro de grandes cidades brasileiras. Ali, principalmente nas favelas, elas encontram terreno fértil para se expandirem. "A fragilidade das habitações, a falta de serviços urbanos [assistência à saúde, segurança, política habitacional], a poluição e a ausência de saneamento básico levam ao aumento da incidência de doenças infecciosas e parasitárias", disse. "Elas são decorrentes da realidade social e não só do clima tropical."

Além dessas doenças de origem rural, há aquelas que sempre foram comuns nas cidades tropicais, mas também tem sua incidência aumentada por causa da precariedade das condições sociais. É o caso das doenças de transmissão respiratória, como a tuberculose e a influenza (gripe); as sexualmente transmissíveis, com destaque para a Aids; e as de contaminação oral, nas quais se incluem a diarreia, a cólera e a leptospirose. "Há ainda as doenças tropicais urbanas não infecciosas", acrescentou Brandão. "Entre elas está a novíssima epidemia de lesões e mortes por acidentes de motocicleta. Existem ainda os problemas psicológicos causados pelo medo da violência e do tráfico de drogas; e os males causados pela poluição e pelas catástrofes, como deslizamentos e inundações."

Diante desse quadro, Brandão Filho disse que a missão da nova medicina tropical é adotar a saúde das cidades e de suas favelas como campo de atuação prioritário. Além disso, deve incluir as doenças tropicais de causas externas na sua lista de preocupações e considerar a Aids, a tuberculose, a malária e a cólera como suas principais doenças infecciosas. "Também é preciso dar atenção às parasitoses endêmicas tradicionais e às doenças tropicais negligenciadas", disse. "Para fazer frente a esses desafios, a nova medicina tropical tem ainda de se consolidar como disciplina científica e como campo de atuação multidisciplinar e liderar a mobilização para priorização dos problemas dos trópicos na agenda global."

(Evanildo da Silveira para o Jornal da Ciência)

25/7/2012 - Ministro apresenta novos projetos na primeira conferência da 64ª Reunião da SBPC

Expansão do Ciência sem Fronteiras, mais de R\$ 1 bilhão em subvenções para inovação e a criação de um instituto de pesquisa de oceanos são alguns dos destaques. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, abriu a série de conferências do auditório principal da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) com a apresentação 'Ciência, Tecnologia e Inovação como Protagonistas do Desenvolvimento Sustentado'. Nela, ele apresentou as principais novidades nos programas e políticas do MCTI.

Assistido pelos presidentes do CNPq e da Capes, Glaucius Oliva e Jorge Guimarães, respectivamente, além do ganhador do Prêmio Nobel de Química de 2011, Daniel Shechtman, o ministro afirmou que o desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação é o "eixo estruturante do desenvolvimento sustentável do País" e que para atender a suas principais demandas é preciso ampliar a base tecnológica, fortalecer o sistema de C&T, articular políticas industriais e elevar os níveis de qualidade da educação.

"Tivemos um grande sucesso com o acesso universal à educação básica e média e nossa questão agora é ir além. Não basta colocá-las na escola; as crianças precisam saber exercer sua cidadania", exemplifica Raupp, acrescentando que a intenção é formar cientistas prontos para enfrentar desafios reais.

Algumas medidas - Tendo a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) como norte, o Ministério pretende colocar algumas ações em prática, tais como a renovação dos Institutos Nacionais de

Ciência e Tecnologia (INCTs); a implementação de tecnologias assistidas e o reajuste de bolsas da Capes e do CNPq (que saiu no início de julho), entre outras.

A respeito dos institutos de pesquisa, Raupp sublinhou que pretende definir bem "o papel" deles, que deve se diferenciar das universidades. "Nunca foi definido claramente o papel dos institutos, há uma diversidade muito grande e quero trabalhar na linha de qual é a vocação de cada um", detalha. A ideia de repensar o papel dos institutos foi chamada de "corajosa" pela presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, que apresentou a conferência.

Além disso, o ministro afirma que foi feita uma avaliação dos INCTs e de 122 deles, 116 tiveram seus contratos renovados. "Estamos trabalhando para atribuir a esses institutos responsabilidades em projetos e incrementar suas estruturas", exemplifica, dizendo que este será "o ano dos institutos".

Raupp também destacou novos desafios do programa Ciência sem Fronteiras, que estará em países como Austrália, Alemanha, Canadá, Holanda e Portugal, além dos Estados Unidos e Reino Unido. De acordo com o ministro, estão sendo finalizados acordos com instituições do Japão, China, Irlanda, Finlândia e Noruega e com institutos como o MIT e as universidades de Oxford e Harvard.

Subvenções e Lattes – Entre os anúncios, o ministro informou que R\$ 1,2 bilhão serão destinados à subvenção econômica para a inovação, distribuídos em três anos. Raupp também citou a nova plataforma Lattes, "já disponível" desde ontem (23), que "criou novas possibilidades de avaliar a produção dos cientistas, com abas específicas para o registro de atividades como inovação, patentes e popularização da ciência", "uma reivindicação antiga de muitos."

O ministro também aproveitou para falar do Programa Espacial Brasileiro, citando o lançamento do CBERS-3 e do satélite geoestacionário e seu importante papel na realização do Plano Nacional de Banda Larga. Perguntado após a conferência sobre os próximos passos em relação à participação do Brasil no Observatório Europeu do Sul (ESO), Raupp informou que o processo ainda está sendo avaliado pela Casa Civil e que ainda não tem orçamento. A respeito da entrada do Brasil no Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear (Cern), ele adianta que o MCTI "respondeu afirmativamente", mas que avaliadores do centro ainda virão ao País julgar se o Brasil tem condições de entrar.

Raupp destacou também a criação de um sistema de informação sobre a biodiversidade brasileira, cujo objetivo passa por integrar as bases de dados e disseminar o conhecimento sobre o tema, além de incorporar de forma efetiva a informação no planejamento governamental e nas políticas públicas. Outro destaque é a criação de um Instituto de Pesquisa de Oceanos, que envolve o MCTI, a Marinha, o Ministério da Defesa e empresas como a Petrobras e a Vale. O ministro anunciou que será comprado um navio de R\$ 100 milhões, grande parte com dinheiro dessas empresas, que abrigará parte da infraestrutura do instituto.

(Clarissa Vasconcellos – Jornal da Ciência)

24/7/12 - Começa a 64ª Reunião Anual da SBPC

A cerimônia de abertura do maior evento científico da América Latina foi realizada na noite deste domingo (22), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Durante uma semana a capital São Luís será palco dos principais avanços e debates sobre políticas científicas e sua contribuição para o enfrentamento da pobreza, onde a comunidade acadêmica e gestores irão dialogar diretamente com as comunidades tradicionais e os saberes populares.

Com um discurso enfático e direto, a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader chamou a atenção para as preocupações e desafios da comunidade científica atualmente. Entre eles os cortes de verbas na área de ciência e tecnologia, a luta por recursos do royalties do petróleo para C,T&I e Educação, o PLC 180/2008, que traz mudanças no acesso ao ensino superior e o Código Florestal.

Helena apontou as graves consequências dos cortes nos recursos da área de C&T nos últimos dois anos, sobretudo ao considerar os compromissos do governo com o progresso social e econômico do País por meios sustentáveis. "No momento em que se assume a tão almejada mudança de patamar para o status da ciência no

País - ou seja, sua elevação à condição de política de Estado -, é impensável uma volta atrás", destacou. Em seu discurso, ela ressaltou que "além de manter o sistema de produção científica nos níveis alcançados, a pasta necessita de mais recursos para ajudar a viabilizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com vistas a aumentar a geração de inovações tecnológicas no País".

A presidente da SBPC alertou ainda para a ameaça de extinção dos recursos dos royalties do petróleo pela atual redação do projeto de lei que tramita no Congresso, que originalmente não destina recursos para o Fundo Setorial de Petróleo e Gás (CT-Petro). Ela afirmou que "é inimaginável conviver com tal perda ou mesmo com alguma redução" nesses recursos e nomeou de "nefastas" as consequências desta ameaça para as atividades de C,T&I no País. Helena destacou que a falta da explicitação de Educação, Ciência e Tecnologia, tanto no regime de concessão como no novo regime de partilha dos royalties, frustra uma oportunidade de o País dar um novo salto em direção ao desenvolvimento.

Sobre o Código Florestal, Helena destacou que apesar de toda a mobilização realizada, as recomendações dos cientistas não foram consideradas no relatório da Medida Provisória, aprovado na comissão mista do Congresso na semana passada, trazendo mais retrocessos na legislação.

A presidente da SBPC criticou também o projeto de lei que tramita no Senado, o PLC 180/2008, que proíbe a realização de exames vestibulares ou o uso do Enem, obrigando que o processo seletivo para ingresso nas universidades adote, exclusivamente, a média das notas obtidas pelos candidatos no ensino médio. "Desta maneira o ingresso no ensino superior passa a ser subordinado a critérios distintos de avaliação de cada escola espalhada por esse país. Não existe um ensino forte, não existe um ensino de qualidade e não podemos tapar o sol com a peneira", enfatiza.

Helena deixa claro que a SBPC e a ABC são favoráveis a programas de ações afirmativas que já são adotados por muitas universidades há anos, por meio de diferentes modelos adequados à realidade de cada instituição. Para a presidente, o projeto, que não foi analisado pela Comissão de Educação da casa, é de teor questionável e reitera que "o acesso dos brasileiros à educação superior é tão importante quanto o grau de excelência desta educação e que a oferta de oportunidades educacionais de qualidade é a garantia de cidadania e do desenvolvimento sócio econômico do País".

Em seu discurso, Helena elencou como motivo de comemoração a aprovação do Plano Nacional de Educação com a meta de investimento de 10% do PIB na área, luta que a SBPC participou diretamente. "A meta é para ser alcançada nos próximos dez anos, é importante frisar isso, não estamos sendo levianos".

Casa - Por sua vez, o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, disse que estava voltando a sua "casa", já que foi presidente da SBPC e é membro da entidade "há algumas dezenas de anos". Ele lembrou também que foi escolhido para o cargo de ministro por sua vida pregressa na ciência. "Minha bancada continua sendo a do laboratório e meu partido é o da comunidade científica ", assegura.

Para o ministro, o mundo está prestando atenção no Brasil e "nós temos tudo para dar o exemplo ao criar um modelo de desenvolvimento sustentado que combina, de modo equilibrado, crescimento econômico com inclusão social e preservação ambiental". Compatibilizar essas necessidades é um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade. "Nesse arranjo, a ciência e a tecnologia passam a ter uma atuação sem precedentes na vida nacional. A tendência é que contribuam cada vez mais com a formulação de políticas públicas em áreas como saúde, educação, transporte, meio ambiente e habitação", declarou.

Raupp resalta alguns pontos chave para o desenvolvimento da ciência no Brasil, como o avanço do conhecimento científico, sobretudo a respeito da biodiversidade. "Temos uma posição tímida no estudo da biodiversidade. Ter a maior diversidade do mundo e não conhecê-la pode equivaler a não ter nenhuma", alega, recordando que usar a biodiversidade para promover o desenvolvimento sustentável remete a recuperar a tradição das cerca de 200 comunidades indígenas do País que já a utilizam.

Outro ponto destacado pelo ministro se refere a destinar os royalties do pré-sal para C,T&I e Educação, reivindicação também abraçada pela SBPC. Raupp ainda recordou a necessidade de estabelecer logo o novo marco legal de C,T&I, "que necessita urgente adequação". "Não creio que a ciência tenha a solução para todos os problemas, mas é o instrumento pelo qual a razão se manifesta, oferecendo um conjunto de soluções", acredita, lembrando a tendência de os cientistas cada vez mais contribuírem para políticas públicas.

Natalino Salgado Filho, reitor da Universidade Federal do Maranhão, destacou que a Reunião Anual da SBPC é um "feito histórico", e que também representa um momento de transição da universidade, que está se consolidando como cidade universitária. Ele também destaca que o tema do evento "Ciência, cultura e saberes tradicionais para enfrentar a pobreza" vai ao encontro do lema adotado por sua atual gestão, que une ideias de inovação e inclusão social.

"A pobreza é uma chaga aberta no mundo contemporâneo e o Brasil ainda é um país com índice de desigualdade enorme", ressalta, lembrando que a "a ciência se faz com imaginação e sagacidade" e que "na cultura do homem comum se encontra a pedra bruta em que se pode lapidar o conhecimento". "O pesquisador, o universitário e o professor são instrumentos de mudança, catalisadores de igualdade e construtores de maior equidade entre os brasileiros", resume.

Participação - Entre as autoridades que participaram da solenidade de abertura estavam o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, que representava o ministro da Educação; a secretária de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão, Rosane Guerra, que representava a governadora do estado; o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Glaucius Oliva; o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix; o secretário executivo do MCTI, Luiz Antonio Elias; os presidentes dos conselhos nacionais de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T (Consecti), Odenildo Sena, e do conselho das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), Mario Neto Borges. Estavam presentes também o secretário da SBPC no Maranhão, Luiz Alves Ferreira; o acadêmico Jailson Bittencourt de Andrade, representando a Academia Brasileira de Ciências; a presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Luana Bonone; o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), Jorge Avila; e os professores Sergio Mascarenhas e Ennio Candotti, presidentes de honra da SBPC.

Acessibilidade - A secretária geral da SBPC e coordenadora da Reunião Anual, Rute Maria Gonçalves de Andrade afirma que o tema central da Reunião, 'Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza', abre espaço para incorporar a "questão da inclusão de forma definitiva nos eventos da SBPC", sublinhando as ações de inclusão que permearam toda a organização do evento, desde reformas na infraestrutura da Universidade para maior acessibilidade até a tradução simultânea para deficientes auditivos das conferências do encontro, o que já aconteceu na sessão de abertura.

Rute destacou também a participação de comunidades tradicionais em todo o evento, inclusive na programação científica. "A SBPC, sempre empreendendo ações para promover o progresso da educação e da ciência e, consequentemente, da sociedade brasileira, não poderia estar fora deste movimento pelo direito de todos ao acesso seja ao que for, onde, como e porque for", enfatiza.

Representando as comunidades tradicionais, o quilombola Ivo Fonseca da Silva, coordenador nacional das Comunidades Negras, Rurais e Quilombolas do Maranhão e membro do Conselho Nacional de Igualdade Racial, alega que a ciência deve ajudar no desenvolvimento dos povos pobres. Ele sublinha que "a pobreza não é apenas ter fome" e que é preciso enfrentá-la em "todos os elementos que envolvam o desenvolvimento do ser humano", como educação, espaço e direitos. Ele lembrou que a luta pela inclusão e reconhecimento de seus direitos não é apenas dos quilombolas, mas também de indígenas, comunidades de terreiro, garimpeiros, pescadores, artesãos e "todos os povos que lutam pela sobrevivência".

Por sua parte, Lourdes Maria Bandeira, ministra interina da Secretaria de Políticas para as Mulheres, recordou o papel da SBPC na luta pelos direitos femininos e lembrou que a Reunião de 1980 entrou para história porque abriu as portas para as discussões sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. "A SBPC associa-se à política nacional da Secretaria das Mulheres ao alavancar o trabalho delas na ciência", pontua, destacando, no entanto, que o aumento do nível da escolaridade feminina ainda não vem acompanhado de reconhecimento profissional em cargos qualificados e salários justos.

(Clarissa Vasconcellos e Renata Dias - Jornal da Ciência)

24/7/12 - Homenagens e apresentações culturais marcaram a abertura da Reunião Anual da SBPC

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) começa mais uma edição de seu encontro anual com festa, mas também com homenagens a quatro ex-diretores da entidade que deixaram saudades em todos. A 64ª Reunião Anual da SBPC é dedicada a: Aziz Ab'Saber, Gilberto Velho, Luiz Edmundo Magalhães e Antônio Flavio Pierucci. Essas perdas irreparáveis que a ciência nacional sofreu neste mesmo ano foram e serão sempre lembradas por todos que fazem parte da SBPC.

Outro cientista homenageado na cerimônia de abertura do encontro, realizada na noite de domingo (22), foi o maranhense Renato Archer pela sua atuação em prol da ciência brasileira. O vice-reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Antonio Oliveira, entregou ao irmão do cientista, Remy Archer, uma placa comemorativa. Entre outros feitos, Archer é conhecido por sua atuação como primeiro ministro de Ciência e Tecnologia do País e por seus esforços para colocar a ciência na pauta política. Renato Archer completaria 90 anos no dia 10 de julho de 2012.

O reconhecimento à contribuição destes grandes cientistas para o País foi destacado nos discursos da cerimônia de abertura. E como eles mesmos gostariam que fosse, a ciência não para e a 64ª Reunião Anual da SBPC começou com uma grande festa acadêmica e cultural. Integrando as comemorações dos 400 anos da cidade de São Luís, a diversificada cultura regional teve lugar de destaque na solenidade.

As atividades paralelas à programação científica nas reuniões da SBPC costumam atrair um grande público. Neste ano, os presentes na cerimônia de abertura do encontro puderam ter uma mostra do que irá acontecer nas atividades culturais programadas para esta semana. O evento começou com uma apresentação do Cortejo do Divino Espírito Santo do Maranhão, grupo folclórico da cidade de Alcântara que realiza cortejos nas ruas das cidades em todo o estado há mais de 100 anos. Mulheres negras com tambores de caixa fizeram uma bela performance para os convidados.

Outra apresentação foi um recital, de voz e violão, em homenagem ao poeta maranhense José Chagas. O violonista João Pedro Borges encantou a plateia com canções e explicações sobre o movimento dos poetas quatrocentistas de São Luís. O coral da UFMA entoou o hino nacional do Brasil e a canção em Louvor à São Luís. Regidos pela professora Angelica Vieira, o coral cantou também o hino da UFMA. O autor da canção, Gabriel Veloso Costa, estudante de música da universidade que venceu um concurso promovido pela reitoria, também estava presente. Ao final, depois de todos os pronunciamentos, uma apresentação do bumba-meu-boi maranhense encerrou de maneira colorida a cerimônia.

Prêmio - Durante a abertura, também foi entregue o 32º Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica 2012 para a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), de Pernambuco. O ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, e o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Glaucius Oliva, entregaram o prêmio ao presidente da Fundação, Fernando José Freire. Criada em 1949, a Fundaj foi premiada por sua contribuição à preservação e difusão de valores científicos e culturais.

Manifestação - Nem mesmo a manifestação de um grupo de grevistas conseguiu atrapalhar a abertura do evento. Com faixas, apitos e gritos de protesto, representantes de movimentos sindicais fizeram uma manifestação no início da solenidade. O representante da Central Sindical Popular teve a palavra e explicou que a intenção não era "atrapalhar a SBPC, pelo contrário, a nossa intenção é que o Brasil inteiro saiba que mais de 58 universidades do País estão paradas", destacou em sua fala. Eles pedem maior empenho do governo na negociação sobre a greve de professores e técnicos de universidades federais que já dura cerca de dois meses. "A nossa intenção é mostrar que temos o apoio de diversas entidades de várias instituições públicas", destacou.

A presidente da SBPC, Helena Nader, declarou solidariedade à manifestação e enfatizou que o movimento é de todos. "Nós que estamos aqui também somos docentes, somos funcionários de educação, somos de universidades federais e somos estudantes. Nós temos todos juntos a mesma reivindicação". Helena ressaltou ainda a luta da SBPC pela melhoria da Educação e sublinhou o esforço da entidade "nos corredores do Congresso" na campanha nacional pela educação que resultou na aprovação dos 10% de investimento do PIB na área, e fez um apelo aos manifestantes: "Não vamos deixar que o nosso movimento que é justo, que as reivindicações que são justas, sejam encaradas pela mídia como reivindicações de um grupo que está atrapalhando um outro grupo, quando não é isso, estamos juntos", destacou.

23/7/12 - Inpa apresentará pesquisas e projetos durante a semana na SBPC

Durante a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Amazônia também estará inserida no âmbito das discussões, por meio de entidades como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), que vai explanar sobre os estudos, pesquisas e projetos realizados com referência no Bioma Amazônico. Palestras, conferências, reuniões e exposições são algumas das atividades contidas na agenda de ações que serão desenvolvidas pelo Inpa durante o evento.

Formação de recursos humanos especializados; Ecossistemas de áreas inundáveis brasileiras: variabilidade e perspectivas de uso sustentável; Iniciação Científica; Maranhão: um encontro de biomas; Belo Monte: impactos sócio-ambientais e Movimento Xingu vivo para sempre, serão os principais temas trabalhos pelos pesquisadores do Inpa durante toda a semana.

Na ExpoT&C, uma das mais relevantes mostras de ciência, tecnologia e inovação do país, que foi preparada em uma área de 6 mil metros quadrados no Campus da UFMA, em pavilhões climatizados, com a participação de importantes Institutos, centros de ensino, ciência e cultura. A ExpoT&C funcionará até o dia 27, das 10h às 19h.

Representações da biodiversidade, pesquisas e também curiosidades sobre a Amazônia serão expostas no estande do Inpa, no pavilhão I, local onde estarão inseridos os Institutos e Centros de Pesquisas ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Durante a EXPO T&C/SBPC o Inpa realizará ainda, algumas palestras sobre os estudos e projetos desenvolvidos na Amazônia, cujas apresentações abordarão temáticas como a identificação anatômica de madeiras tropicais; o Bosque da Ciência como instrumento de popularização da ciência; o Cubiu, uma nova fruteira da Amazônia com potencial agrícola; além do lançamento de nove publicações do Inpa, com sorteio de exemplares e também degustação de produtos amazônicos, que acontecem de 24 a 27 de julho, no período vespertino.

Exposição

Pensando nos avanços significativos que o Inpa tem conquistado nas questões ligadas ao ambiente de empreendedorismo e tecnologias sociais, estarão expostos do estande do Instituto, alguns dos seus produtos e processos protegidos, com informações sobre as tecnologias contidas nas patentes, geradas a partir do conhecimento produzido pelos pesquisadores que, em alguns casos, utilizam os saberes tradicionais como ponto inicial para a realização de seus estudos.

Economia verde será o foco da temática institucional apresentada na exposição. Produção e tecnologias de alimentos, aproveitamento de madeiras e resíduos florestais, filtragem e desinfecção de água utilizando energia solar e produtos regionais serão alguns dos assuntos que o visitante poderá conhecer um pouco mais.

Geléias, sucos, bombons e licores de frutas de camu-camu, araçá e cubiu, além de sopa de piranha desidratada, palmito de pupunha e açaí e salsicha de peixe, serão servidos para que o público presente no evento possa conhecer, mesmo que de forma incipiente, os sabores e potencial nutritivo das iguarias amazônicas.

23/7/12 - Abertura da 64ª Reunião Anual atrai 3 mil cientistas, pesquisadores e estudantes

A abertura da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Concha Acústica da Cidade Universitária, foi marcada pela presença 3 mil pessoas que acompanharam a solenidade. A Mesa de Abertura foi composta por autoridades da Universidade Federal do Maranhão, da SBPC Regional e Nacional, representantes do Governo Estadual, ministros do Governo Federal e o vencedor do Prêmio Nobel de Química de 2011, Daniel Shechtman.

Na ocasião, o reitor da Universidade Federal do Maranhão, Natalino Salgado Filho, agradeceu a presença de todos e destacou a importância da 64ª SBPC para a UFMA e para a cidade de São Luís, que chega ao seu quarto

centenário de existência. "Este evento é um presente para São Luís, que completará 400 anos este ano. É também um marco para a UFMA, porque é o momento que a Universidade se consolida como Cidade Universitária", destaca o reitor. Ele ainda ressaltou a importância do tema do evento, que traz os saberes tradicionais e a cultura como campos de pesquisas científicas.

O vice-reitor, Antonio Oliveira, recebeu a oportunidade de homenagear o maranhense Renato Archer, por sua atuação na área de pesquisa científica e tecnológica no país. Oliveira destacou que Archer lutou pela inclusão da ciência e tecnologia no campo político e foi o primeiro Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia do Brasil. Para consolidar o reconhecimento ao cientista, foi entregue a Júlio Archer, irmão de Renato, uma placa de homenagem ao grande incentivador da ciência e tecnologia.

Durante a abertura, também foi entregue o prêmio "José Reis de Divulgação Científica", na categoria Instituição e Veículo de Comunicação 2012, para a Fundação Joaquim Nabuco, de Pernambuco.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, declarou que, acima de tudo, é membro da SBPC e tem o prazer de estar presente na 64ª edição do evento. "Estou muito satisfeito e acredito que o Brasil precisa muito da ciência e tecnologia para se consolidar como país desenvolvido", ressalta Raupp.

A presidente da SBPC Nacional, Helena Nader, finalizou a Mesa de Abertura agradecendo a presença de todos e ressaltando a riqueza arquitetônica e cultural de São Luís, que sedia a SBPC. "É com muita alegria e orgulho que abrimos mais uma edição da SBPC, que acontece graças ao apoio das agências de fomento à pesquisa, dos governos municipal, estadual e federal e é uma honra estarmos nesta cidade com um rico acervo arquitetônico e 400 anos de história para comemorar", finaliza Helena Nader.

23/7/12 - Estação UFMA – uma experiência pioneira na SBPC

Parte da programação cultural e científica da Reunião Anual da SBPC em São Luís poderão ser acompanhados ao vivo pelos internautas.

Numa iniciativa inédita na história da SBPC, o Núcleo de TV da ASCOM (Assessoria de Comunicação da UFMA) e o Curso de Comunicação Social montaram uma arrojada estrutura exclusivamente voltada à divulgação do evento.

Sob a coordenação geral da jornalista e professora Cecília Leite, um estúdio de TV, montado no prédio Paulo Freire – local das principais conferências da SBPC - vai transmitir, no canal da TV Assembleia, uma programação de 6 horas diárias com entrevistas, entradas ao vivo dos repórteres, reportagens e boletins diários sobre tudo o que vai acontecer durante o maior evento de ciências da América Latina.

A programação da Estação UFMA também será transmitida em tempo real na internet, pelos portais da Universidade Federal do Maranhão, da Assembleia Legislativa, da UNIVIMA (Universidade Virtual do Maranhão) e do Governo do Estado. A estrutura de transmissão ao vivo da UFMA foi montada em parceria com a Secretaria de Estado da Comunicação, UNIVIMA, TV Assembleia e TV Guarã.

A equipe, comandada pelas jornalistas Esther Marques e Josie Bastos, conta com mais de 25 profissionais, entre jornalistas, radialistas, técnicos e estudantes. A programação vai ao ar nesta segunda-feira, a partir das 9h, ao vivo, na TV Assembleia e em tempo real na internet.

23/7/12 - SBPC Jovem desperta interesse pela ciência e tecnologia

A SBPC Jovem é uma das programações mais esperadas da Reunião Anual e suas atividades serão dirigidas aos estudantes do ensino básico e profissionalizantes, com o objetivo de despertar o interesse dos jovens pela ciência e tecnologia.

De acordo com o professor Antonio Luiz Amaral Pereira, pró-reitor de Extensão e coordenador da SBPC Jovem, a programação está bem direcionada e atende a partir de hoje (23), além de estudantes do ensino médio – escolas públicas e privadas - professores e a população em geral.

"Serão realizadas diversas ações voltadas para o nosso público, como oficinas, palestras, rodas de conversas, atividades interativas e itinerantes, dentro do próprio campus universitário, e acreditamos que as nossas atividades vão atrair um bom público", contou.

Segundo ele, grande parte da programação vai acontecer na Cidade Universitária, com diversas ações e atividades voltadas não só para os jovens, mas para toda comunidade.

"São oportunidades dadas aos jovens em vivenciar experiências diferentes, pois aqui estão cientistas renomados de todo o País, que poderão dialogar com essa juventude trocando informações e fazendo com que haja uma abertura de pensamento e mentalidade", destacou Antônio Luiz.

21/7/12 - Começa neste domingo principal evento científico do Brasil

A partir de amanhã, 22 de julho, a cidade de São Luís do Maranhão receberá cerca de 20 mil cientistas, pesquisadores e estudantes para a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Os mais de 180 encontros, divididos entre conferências, mesas redondas e minicursos, além de outras atividades como reuniões de trabalho, assembléias e sessões de pôsteres, acontecerão no campus da Universidade Federal do Maranhão até o dia 27 de julho, sob o tema "Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza".

Entre os assuntos que serão tratados ao longo do evento estão economia verde, sustentabilidade, mudanças climáticas e desastres naturais, energia, mineração, siderurgia, programa espacial brasileiro, medicina tropical, doenças negligenciadas, saúde mental, grandes metrópoles, desigualdade social e direitos humanos, e educação.

A sessão de abertura da Reunião, considerada um dos maiores eventos científicos do Brasil, contará com a presença da presidente da SBPC, Helena Nader, e do reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho. Os dois concederão entrevista coletiva à imprensa neste domingo, às 17h, na Sala de Imprensa do Centro de Eventos.

Outras entrevistas coletivas estão agendadas ao longo da Reunião. Na segunda-feira, 23, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, conversará com os jornalistas às 12h30, logo após a conferência "Estratégia Nacional de C, T&I: Desafios e oportunidades", no Auditório Principal. Às 14h30, o representante do Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara, Leonardo dos Anjos, o presidente da Agência Espacial Brasileira, José Raimundo Braga Coelho, e o reitor da UFMA atenderão os jornalistas no Auditório Central.

Na terça-feira, 24, às 12h30, o Prêmio Nobel de Química, Daniel Schechtman, conversará com os jornalistas no Auditório Principal.

No dia seguinte, estão agendadas entrevistas com o antropólogo Txai Terri Aquino, que falará sobre a proteção aos índios isolados do Brasil, às 10h, na Sala 301 Asa Sul; o professor da Universidade Federal do Oeste do Pará, Domingos Wanderley Picanço Diniz, abordando a inclusão da formação científica no ensino básico, às 12h30, na Sala 209 Asa Sul; as representantes do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Maria de Jesus Bringelo e Maria Nice Machado Aires, e a quilombola Geovania Aires, que tratarão da luta pelo acesso livre aos babaçuais e a construção da identidade da prática do Bambaê, às 14h30, na Sala 3030 Asa Sul.

Para a quinta-feira estão confirmadas as coletivas com o professor Roberto Mendonça de Faria, da Universidade de São Paulo, sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil competitivo, às 12h30, na Sala 109 Asa Sul; e os professores Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade do Estado do Amazonas, Rute Maria Gonçalves de Andrade, do Instituto Butantan, Vanderlan da Silva Bolzani, da UNESP, e Lucia Fernanda Inácio Belfort, do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, que abordarão o tema Saberes tradicionais e pesquisa científica: Desenvolvimento de produtos e processos para enfrentar a pobreza, às 10h, na Sala de Imprensa do Centro Paulo Freire.

Na sexta-feira, último dia de conferências, os jornalistas poderão participar das entrevistas com o engenheiro agrônomo Claudio Urbano Bittencourt Pinheiro, da UFMA, às 10h, na Sala 303 Asa Sul, falando sobre a proteção, o desenvolvimento e a conservação da palmeira babaçu; e a professora Thelma Helena Costa Chahini, da UFMA, que tratará das atitudes sociais favoráveis à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino, às 12h30, no Auditório Central.

Acompanhe AQUI a programação completa de entrevistas coletivas durante a Reunião da SBPC.

Linkar com o endereço abaixo:

<http://www.sbpnet.org.br/site/noticias/mostra.php?id=1673>

21/7/12 - Reunião Anual da SBPC terá 48 minicursos como parte de sua programação científica

Além das conferências e mesas-redondas, a programação científica da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorre de 22 a 27 de julho, em São Luís, no Maranhão, terá a realização de 48 minicursos sobre vários temas de ciências como, por exemplo, Química, Física, Saúde, Ambiente e Biologia. Eles serão ministrados por especialistas e pesquisadores de diversas universidades e instituições de pesquisa do Brasil entre os dias 24 e 27, sempre das 08h às 10h.

VEJA AQUI a lista completa dos minicursos.

Devido ao limite de vagas, para participar dos minicursos é preciso se inscrever antecipadamente para aquele que se deseja assistir. Em duas horas, o ministrante passará os conceitos e conhecimentos básico do tema de seu minicurso. Entre os que serão dados nesta reunião da SBPC, estão, por exemplo, Matas ciliares: fundamentos para recuperação e conservação; Registro fóssil do cretáceo no Maranhão; Radicais livres na saúde e na doença; Física das partículas elementares e o LHC: passado, presente e futuro; e Introdução à química dos óleos essenciais.

A programação completa da 64ª Reunião Anual da SBPC terá 61 conferências e 66 mesas redondas, além de outras atividades como reuniões de trabalho, assembleias, sessões de pôsteres e encontros para a discussão sobre os avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento, e um fórum de debates de políticas públicas em C&T.

Cerca de 20 mil pessoas são esperadas para o evento, que será realizado no câmpus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Entre os participantes estão o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, pesquisadores e cientistas renomados como o israelense Daniel Shechtman, Prêmio Nobel de Química de 2011, além de diversos dirigentes das sociedades científicas.

21/7/12 - Ciclo de palestras aponta os avanços da pesquisa em alimentação

Os avanços da pesquisa em alimentação, com foco na sustentabilidade e na fome oculta, serão abordados no Ciclo de Palestras Prêmio Péter Murányi, que ocorrerá no dia 26 de julho, a partir das 10h30, na 64ª Reunião Anual da SBPC – o maior evento científico do país – e contará com a apresentação das três pesquisas científicas que foram finalistas da 11ª edição do Prêmio Péter Murányi.

“São trabalhos que mostram alguns dos desafios da ciência na busca de soluções que aumentem a disponibilidade de alimentos de qualidade para a população e otimizem o uso dos recursos naturais”, afirma Vera Kiss, presidente da Fundação Péter Murányi, que coordenará o Ciclo de Palestras.

“As pesquisas finalistas são inovadoras, têm aplicabilidade prática e contribuem para a melhoria da qualidade de vida das populações situadas abaixo do paralelo 20 de latitude norte do globo, especialmente a brasileira”, defende.

Um dos trabalhos que será apresentado é o da pesquisadora Teresa Losada Valle, do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), vencedora do Prêmio. Ela ganhou R\$ 150 mil da Fundação Péter Murányi pelo desenvolvimento

de uma variedade de mandioca de mesa, a IAC 576-70, que contém mais vitamina A e tem maior produtividade e resistência a doenças. Por contribuir para a melhoria da qualidade da alimentação da população de baixa renda, essa variedade foi amplamente disseminada no Estado de São Paulo. Seu cultivo está sendo também expandido para Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Ainda nessa linha será apresentado o resultado de um trabalho feito pela Embrapa Agroindústria de Alimentos. Trata-se da BioFORT, rede de pesquisa que visa aumentar a quantidade de nutrientes de oito tipos de cultivos. Já foram lançadas variedades comerciais do arroz, do feijão, do feijão caupi, da batata e da mandioca, beneficiando milhares de produtores dos assentamentos de sem terra. Atualmente, a rede opera projetos-pilotos no Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Sergipe. A apresentação do trabalho será feita pelo pesquisador José Luiz Viana de Carvalho.

Na linha da sustentabilidade está outro trabalho desenvolvido por pesquisadores do Laboratório de Tecnologia de Alimentos da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes (RJ), que possibilitou o aproveitamento total da fruta do maracujá. A casca e as sementes da fruta, que geralmente vão para a lata do lixo, são processadas por uma indústria do Estado do Rio de Janeiro, graças às pesquisas desse Laboratório. São transformadas em farinha e óleo, com grande potencial de utilização na indústria de cosméticos e de alimentos, inclusive para consumo direto na dieta das pessoas. Esse trabalho será apresentado pela pesquisadora Suelen Alvarenga Regis.

Serviço: o Ciclo de Palestras Prêmio Péter Murányi será realizado no dia 26 de julho, das 10h30 às 12h, no Centro Paulo Freire - Miniauditório - Sala 209 – Asa Sul da UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

20/7/12 - Vai cobrir a 64ª Reunião da SBPC? Confira a agenda de entrevistas coletivas

Domingo (22)

Sessão de Abertura

Tema: CIÊNCIA, CULTURA E SABERES TRADICIONAIS PARA ENFRENTAR A POBREZA (geral).

Abertura: das 19h às 21h.

Entrevistados: Helena Bonciani Nader (presidente da SBPC) e Natalino Salgado Filho (reitor da UFMA).

Horário coletiva: 17h.

Local: Sala de Imprensa / Centro de Eventos.

Mediadoras: Fabíola de Oliveira e Ester Marques.

CONFIRMADA

Segunda (23)

Tema: ESTRATÉGIA NACIONAL DE C,T&I: DESAFIOS E OPORTUNIDADES (conferência).

Segunda-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistado: Ministro Marco Antonio Raupp

Horário coletiva: 12h30.

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire - Auditório Principal.

Mediador: José Roberto Ferreira.

CONFIRMADA

Tema: A BASE ESPACIAL E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA (conferência).

Segunda-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistado: Danilo da Conceição Serejo Lopes (MABE-Alcântara).

Horário coletiva: 12h30.

Local: Sala de Imprensa / Castelão - Auditório Central.

Mediadora: Josie Bastos.

A CONFIRMAR

Tema: BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BASE DE ALCÂNTARA PARA O MARANHÃO
PARA QUEM E QUANDO? (mesa).

Segunda-feira, das 15h30 às 18h.

Entrevistados: Natalino Salgado Filho (UFMA), José Raimundo Braga Coelho (AEB), Raimundo Soares do Nascimento (PMA) e Leonardo dos Anjos (MABE-Alcântara).

Horário coletiva: 14h30.

Local: Sala de Imprensa / Castelão - Auditório Central.

Mediadoras: Fabíola de Oliveira e Ester Marques.

CONFIRMADA

Terça (24)

Tema: PRÊMIO NOBEL DE QUÍMICA 2011 (conferência).

Terça-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistado: Daniel Shechtman (TECHNION).

Horário coletiva: 12h30.

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire - Auditório Principal.

Mediadoras: Fabíola de Oliveira e Denise Novello Martins (Embaixada).

A CONFIRMAR

Quarta (25)

Tema: PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ISOLADOS DO BRASIL.

Quarta-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistado: Txai Terri Aquino (UFAC).

Horário coletiva: 10h.

Mediador: Rodrigo Machado.

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire - Miniauditório - Sala 301 Asa Sul.

Mediadora: Professora Zefinha.

CONFIRMADA

Tema: A INCLUSÃO DA FORMAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO BÁSICO (conferência).

Quarta-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistado: Domingos Wanderley Picanço Diniz (UFOPA).

Horário coletiva: 12h30.

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire - Miniauditório - Sala 209 Asa Sul.

Mediador: Rodrigo Machado.

CONFIRMADA

Tema: A LUTA PELO ACESSO LIVRE AOS BABAÇUAIS / PATRIMÔNIO IMATERIAL, NARRATIVAS ORAIS E MEMÓRIAS COLETIVAS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA PRÁTICA DO BAMBAÊ

Entrevistadas: Maria de Jesus Bringelo (MIQCB), Maria Nice Machado Aires (MIQCB) e Geovania Aires (Representante Comunidade Quilombola).

Horário coletiva: 14h30

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire - Miniauditório - Sala 303 Asa Sul.

Mediadora: Evanize Sydow.

A CONFIRMAR

Quinta (26)

Tema: SABERES TRADICIONAIS E PESQUISA CIENTÍFICA - DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS PARA ENFRENTAR A POBREZA (mesa).

Entrevistados: Rute Maria Gonçalves de Andrade (SBPC/Instituto Butantan), Vanderlan da Silva Bolzani (UNESP), Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA) e Lucia Fernanda Inácio Belfort (INBRAPI).

Horário coletiva: 10h.

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire.

Mediadora: Ester Marques.

CONFIRMADA

Tema: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA UM BRASIL COMPETITIVO (conferência).

Quinta-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistado: Roberto Mendonça de Faria (USP).

Horário coletiva: 12h30.

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire - Miniauditório - Sala 109 Asa Sul.

Mediador: Rodrigo Machado.
CONFIRMADA

Sexta (27)

Tema: A PALMEIRA BABAÇU (ORBIGNYA PHALERATA MART.) NO MARANHÃO: PROTEÇÃO X DESENVOLVIMENTO X CONSERVAÇÃO (conferência).

Sexta-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistados: Claudio Urbano Bittencourt Pinheiro (UFMA).

Horário coletiva: 10h.

Local: Sala de Imprensa / Centro Paulo Freire - Miniauditório - Sala 303 Asa Sul.

Mediadora: Ester Marques.

CONFIRMADA

Tema: ATITUDES SOCIAIS FAVORÁVEIS À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO (conferência).

Sexta-feira, das 10h30 às 12h.

Entrevistada: Thelma Helena Costa Chahini (UFMA)

Horário coletiva: 12h30.

Local: Sala de Imprensa / Castelão - Auditório Central.

Mediador: Esnel Fagundes.

CONFIRMADA

Informações podem ser obtidas com a equipe de assessores da SBPC

Rodrigo Machado
(11) 9154-7575

Evanize Sydow
(11) 8907-0755

20/7/2012 - SBPC vai ter esquema de segurança reforçado na UFMA

A Universidade Federal do Maranhão se prepara para receber um dos maiores eventos científicos da América Latina, a 64ª Reunião Anual da SBPC, que acontece entre os dias 22 e 27 de julho, na Cidade Universitária, São Luís-MA. Por isso, um forte esquema de segurança está sendo montado para receber milhares de pessoas que estarão presentes no evento. De acordo com a Secretária Geral da SBPC local, Margarete Cutrim, todo o esquema operativo de segurança para a SBPC já está definido. Segundo ela, já foram feitas reuniões com todas as forças policiais do Estado para que o público e os participantes do evento possam ter toda segurança dentro do campus.

"Teremos todo o apoio dos órgãos da segurança pública para a SBPC. Já fechamos com a Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Bombeiros, Polícia Federal (PF) e a Polícia Militar (PM), e todos estão articulados e comprometidos com o nosso grande evento", ressaltou. Segundo Margarete, a Universidade tem realizado uma série de articulações estratégicas para garantir que todos os públicos participantes da reunião tenham total segurança, tanto de locomoção quanto nas atividades e na própria segurança do patrimônio da UFMA.

"A Universidade já estabeleceu essa relação com todas as instituições citadas, além da parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), que também vai nos ajudar juntamente com a PRF, principalmente no eixo externo da UFMA, no acesso à Cidade Universitária", disse Margarete, que ainda lembrou: "pedimos que todos que vierem ao encontro evitem vir de carro e tentem se deslocar de ônibus para que não coloquemos muitos carros aqui dentro, pois os veículos que estarão aqui serão apenas dos funcionários, mas se vierem façam um gesto solidário, trazendo quantas pessoas puderem," ressaltou.
(UFMA)

20/7/2012 - Restaurante Universitário funcionará especificamente para a SBPC

O Restaurante Universitário, que está fechado por conta do período das férias acadêmicas, voltará a funcionar especificamente para atender à demanda da 64ª Reunião Anual da SBPC, que será realizada entre os dias 22 e 27 de julho. Na ocasião, o sistema de venda de refeições no Restaurante Universitário irá funcionar exclusivamente por meio de tickets - que serão vendidos pelo preço único de R\$ 5,00. As carteirinhas de estudantes e funcionários da UFMA não poderão ser utilizadas, pois o RU estará funcionando especificamente para atendimento à SBPC.

Para melhor atender àqueles que optarem pela refeição do RU, além do guichê de vendas que funciona em frente ao restaurante, um guichê será disponibilizado no Centro de Ensino Paulo Freire. Durante a SBPC, o RU estará fornecendo apenas almoço. As vendas dos tickets estarão funcionando pela manhã - das 8h às 13h45- e à tarde- das 15h às 17h. O almoço será servido das 11h às 14h. A diretora e nutricionista do RU, Isabela Calado, afirma que o setor está preparado para servir 5 mil refeições por dia. "O cardápio será similar ao que é normalmente servido pelo RU, que mantém um balanceamento nutricional adequado", disse.

Além do RU, dois restaurantes self-service estarão à disposição dos participantes da Reunião, ficando um localizado no anexo do RU e outro no prédio Paulo Freire. Uma praça de alimentação também está sendo montada, próximo ao Núcleo de Esportes, para atender aproximadamente 500 pessoas.

(UFMA)

20/7/2012 - Tecnologia, Ciência e Esportes no XXVI Prêmio Jovem Cientista – 2012

O mundo dos esportes sempre caminhou de mãos dadas com as descobertas da ciência e da tecnologia. O que seria de um craque de futebol se suas chuteiras não tivessem sistema de amortecimento? Como garantir a segurança dos atletas sem uma pista com revestimento antiderrapante? Como avaliar hoje a resistência dos esportistas sem monitorar, a cada movimento, seus batimentos cardíacos, gasto energético, velocidade? Quantos não são os projetos que utilizam o esporte como ferramenta educacional e de inclusão social? Nesse contexto, com o intuito de estimular pesquisadores das mais diversas áreas a voltarem suas atenções para o setor esportivo, o XXVI Prêmio Jovem Cientista (2012) foi lançado com o tema "Inovação Tecnológica nos Esportes".

Diante dos grandes eventos esportivos que em breve serão realizados no Brasil, a escolha do tema se mostra bastante propícia, já que pesquisadores das mais diversas áreas estão sendo chamados a se alinhar com as prioridades governamentais de incentivo às inovações tecnológicas nos esportes. Além disso, a demanda por resultados nas competições esportivas conduz ao desenvolvimento de tecnologias que podem beneficiar a população como um todo, não só os atletas.

As inscrições para participar do Prêmio já estão abertas e seguem até 31 de agosto. Pesquisadores, acadêmicos e estudantes universitários devem se cadastrar pela internet. Alunos do ensino médio, além de poder utilizar a web, têm também a opção de enviar suas pesquisas pelos Correios. O regulamento completo do prêmio e a ficha de inscrição estão disponíveis em www.jovemcientista.cnpq.br.

20/7/2012 - Vencedores do XXV Prêmio Jovem Cientista participam da 64ª Reunião da SBPC

Os vencedores da última edição do Prêmio Jovem Cientista vão participar, nos dias 24 e 25 de julho, da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. O encontro acontece este ano na Universidade Federal do Maranhão, com a presença de autoridades, gestores do sistema nacional de ciência e tecnologia e representantes de sociedades científicas.

Durante a Reunião, Uende Gomes, vencedora da categoria Graduado; Kaiodê Biague, ganhador da categoria Estudante do Ensino Superior; e Ana Gabriela Ramos, vencedora da categoria Estudante do Ensino Médio, vão responder a perguntas do público no estande do CNPq e fazer palestras sobre suas pesquisas – relacionadas ao tema abordado pelo Prêmio em 2011: "Cidades Sustentáveis".

A 64ª Reunião do SBPC acontecerá de 22 a 27 de julho. Logo no primeiro dia (22), o presidente do CNPq, Glaucius Oliva, apresenta a XXVI edição do Prêmio, que, neste ano de 2012, trata do tema "Inovação Tecnológica nos Esportes".

PROGRAMAÇÃO: PRÊMIO JOVEM CIENTISTA na Reunião Anual da SBPC

24/07/2012 | TARDE | UFMA | ExpoT&C | ESTANDE DO CNPq

-Os vencedores do XXV Prêmio Jovem Cientista respondem perguntas do público no estande do CNPq.

24/07/2012 | 14h | UFMA | Auditório do Colégio Universitário

- Palestras dos agraciados pelo XXV Prêmio Jovem Cientista

Categoria Estudante do Ensino Médio: Ana Gabriela Person Ramos, da Escola Técnica Conselheiro Antônio Prado, de Campinas (SP), fala sobre o trabalho "Embalagens ecológicas para mudas".

25/7/2012 | 10h30 | UFMA | Núcleo de Esportes | Mini-auditório 1

- Palestras dos agraciados pelo XXV Prêmio Jovem Cientista

Categoria Graduado: Uende Aparecida Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, fala sobre a pesquisa "Intervenções de Saneamento Básico em Áreas de Vilas e Favelas: Um Estudo Comparativo de Duas Experiências na Região Metropolitana de Belo Horizonte".

Categoria Estudante do Ensino Superior: Kaiodê Leonardo Biague, do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (MG), apresenta o trabalho "Mini Usinas solares fotovoltaicas em sistemas de transporte rápido por ônibus - BRT (BUS RAPID TRANSIT)".

18/7/12 - Circo da Ciência será destaque na 64ª Edição da SBPC

A 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorre no período de 22 a 27 de julho, na Cidade Universitária, São Luís, no Maranhão, contará com uma vasta programação de disseminação cultural e científica. Como parte da programação da SBPC Jovem, o Circo da Ciência --um projeto que faz parte da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), será montado no pátio do Colégio Universitário. Durante a SBPC, o projeto desenvolverá exposições, jogos, oficinas, experimentos, além de atividades interativas.

O professor Antônio Oliveira, da ABCMC, explicou que o nome desse projeto foi denominado Circo da Ciência a partir da sua primeira edição, realizada na 55ª SBPC (Recife-PE), na qual foi montada uma tenda com atividades da ABCMC. Pelo visual da tenda, os participantes foram chamando o espaço de 'circo da ciência' e o nome se tornou tão interessante que acabou sendo adotado. De acordo com Oliveira, o Circo da Ciência visa ampliar o conhecimento científico e estimular o gosto das pessoas pela ciência. Dessa forma, há várias atividades interativas que aproximam as pessoas de experimentos práticos.

Na 64ª SBPC, o Circo da Ciência vai apresentar vídeos, jogos, um planetário inflável, 24 experimentos que demonstrarão importantes conceitos da física, e haverá, também, estimuladores de sensação e outras atividades. São 20 instituições, como museus e espaços científicos de vários lugares do Brasil, que fazem parte do projeto. Os participantes poderão captar vários saberes por meio do Laboratório de Manguezais e conhecer os experimentos do Laboratório Ilha da Ciência, que coordena esta edição, e do Projeto Abelhas, coordenado pelo professor Maurício Bezerra, do Curso de Biologia da Universidade Estadual do Maranhão.

17/7/2012 - Universidade Federal do Maranhão recebe principal evento de pesquisas e estudos científicos do Brasil

Cerca de 20 mil pessoas são esperadas para a 64ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), entre os dias 22 e 27 de julho, em São Luís, no Maranhão. A Reunião, que este ano tem como tema central "Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza", acontecerá no campus da UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

Serão realizadas 61 conferências, 66 mesas redondas, 48 minicursos, além de outras atividades como reuniões de trabalho, assembleias, sessões de pôsteres e encontros para a discussão sobre os avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento, e um fórum de debates de políticas públicas em C&T.

Trata-se de um dos maiores eventos científicos do Brasil com a participação de autoridades, gestores do sistema nacional de ciência e tecnologia e representantes de sociedades científicas, segundo a coordenadora geral da 64ª reunião e secretária-geral da SBPC, Rute Gonçalves de Andrade.

Entre os participantes estão o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, pesquisadores e cientistas renomados como o israelense Daniel Shechtman, Prêmio Nobel de Química de 2011, além de diversos dirigentes das sociedades científicas.

Também faz parte da programação da Reunião Anual a EXPOT&C, considerada a maior mostra de ciência e tecnologia das Américas. Os principais institutos de pesquisas, universidades, agências de fomento, entidades governamentais e outras organizações interessadas em apresentar novas tecnologias, produtos e serviços estarão presentes.

Outros eventos paralelos são a SBPC Jovem (programação voltada para estudantes do Ensino Básico e Profissionalizante), a SBPC Cultural (atividades artísticas regionais), a Sessão de Pôsteres e a Jornada Nacional de Iniciação Científica.

17/7/2012 - Encontro revela avanços nas diversas áreas do conhecimento e debate políticas públicas

Entre os assuntos que serão tratados ao longo da 64ª Reunião Anual da SBPC estão economia verde, sustentabilidade, mudanças climáticas e desastres naturais, energia, mineração, siderurgia, programa espacial brasileiro, medicina tropical, doenças negligenciadas, saúde mental, grandes metrópoles, desigualdade social e direitos humanos, e educação. A Reunião Anual acontece desde 1948.

A cada ano, ela acontece em um estado brasileiro diferente, sempre em uma universidade pública. O evento reúne milhares de pessoas, entre cientistas, professores e estudantes de todos os níveis, profissionais liberais e demais interessados. O estado do Maranhão foi escolhido, levando em conta a bio-sócio-diversidade e sua situação econômico-social.

A presidente da SBPC, Helena Nader, destaca que um dos objetivos da Reunião é contribuir com propostas para o desenvolvimento sustentável do país, “praticando ‘O Futuro que Queremos’, discutido na Conferência Rio +20 das Nações Unidas, mas sem deixar de tratar também das políticas públicas de educação e de ciência, tecnologia e inovação com a participação de pesquisadores e gestores dos sistemas estadual e nacional de educação e C,T&I”.

26/3/2012 - Inscrição para envio de resumo termina dia 2/4

Os interessados em submeter resumos de trabalhos para apresentação na 64ª Reunião Anual da SBPC têm até o dia 2 de abril para fazer sua inscrição. Uma vez inscrito, o autor terá até o dia 9 de abril para encaminhar o resumo para análise. O evento, que será realizado em São Luís (MA), de 22 a 27 de julho, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), contará com cinco sessões de pôsteres. A expectativa é que sejam apresentados mais de 2 mil trabalhos.

Podem ser submetidos resumos de trabalhos científicos, de qualquer área do conhecimento, de estudantes ou professores de educação superior, pesquisadores; e também trabalhos de professores de educação básica ou técnica que versem sobre experiências ou práticas de ensino-aprendizagem. A SBPC divulgará o parecer da análise da submissão até 17 de maio. A partir de 31 de maio, os autores deverão consultar no site do evento a data de apresentação dos pôsteres. Mais informações: <http://www.sbpnet.org.br/saoluis/home/>

13/2/2012 - 64ª Reunião Anual ganha mais apoio

A presidente da SBPC, Helena Nader, acompanhada do reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Natalino Salgado Filho, reuniu-se ontem (12/3) com o vice-governador do Maranhão, Joaquim Washington Luiz de Oliveira, que reafirmou o apoio do Governo do Maranhão para a realização da 64ª Reunião Anual da SBPC.

O evento, que acontece de 22 a 27 de julho próximo, na UFMA, contará com centenas de atividades, entre conferências, mesas-redondas, simpósio, minicursos, além de uma programação voltada para estudantes do ensino básico e médio – a SBPC Jovem – e uma exposição de ciência e tecnologia – a ExpoT&C.

Na reunião, a presidente da SBPC enfatizou a necessidade de atrair o público para o evento, sobretudo os jovens, para mostrar-lhes que a educação e a ciência são fatores fundamentais para o desenvolvimento da nação. “Foi uma reunião excelente, na qual se discutiu o tipo de apoio poderemos contar”, afirmou Helena Nader. Um deles, adiantou ela, será o apoio financeiro para a realização da SBPC Jovem.

O reitor Natalino Salgado Filho também destacou a importância da Reunião Anual tanto para a área científica como para a cultural. Afirmou ainda que a realização de um evento como esse é bastante oportuno para alavancar as políticas públicas no Estado.

Também estiveram presentes na reunião o vice-reitor da UFMA, Antônio José da Silva Oliveira; a secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, Olga Simão; o secretário de Educação, João Bringel; a presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), Rosane Guerra; e o secretário regional da SBPC, José Maurício Bezerra.

Helena Nader também participou de uma reunião com o prefeito de São Luís (MA), João Castelo, que está apoiando o evento em termos de infraestrutura e logística. “Estamos totalmente inseridos nas atividades de comemoração dos 400 anos de São Luís”, afirmou Nader. “A 64ª Reunião Anual está se transformando em um mega evento”, finalizou.

2/2/2012 - 64ª Reunião Anual: envio de resumo com desconto até hoje

Já estão abertas as inscrições para a 64ª Reunião Anual da SBPC, que acontecerá em São Luís (MA), de 22 a 27 de julho, nas dependências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A inscrição é necessária apenas para aqueles que irão apresentar trabalhos nas sessões pôsteres ou para quem pretende participar de um dos minicursos que serão oferecidos durante o evento. Para as demais atividades do evento, não é necessário inscrição, pois o evento é aberto ao público.

Para quem for submeter resumos de trabalhos, haverá desconto na taxa de inscrição somente até o dia 13 de fevereiro. Depois dessa data, o valor será normal. No caso dos inscritos sem submissão de resumo, o valor da taxa já é menor em relação aos inscritos com submissão resumo. Veja no site do evento (www.sbpnet.org.br/saoluiz) as normas, os prazos e os valores exatos.

Podem ser submetidos resumos de trabalhos científicos, de qualquer área do conhecimento, de estudantes ou professores de educação superior, pesquisadores; e trabalhos de professores de educação básica ou técnica que versem sobre experiências ou práticas de ensino-aprendizagem. A expectativa é que sejam apresentados mais de 2 mil trabalhos nessas categorias, em cinco sessões de pôsteres.

A programação científica da 64ª Reunião Anual é de interesse de toda sociedade, e não apenas da comunidade científica e estudantil. Além de sessões e pôsteres e minicursos, haverá centenas de conferências, simpósios e mesas-redondas, nas quais se discutirão políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação, educação, saúde e meio ambiente, além de serem abordados os avanços da ciência nas mais diversas áreas do conhecimento.

O evento também contará com uma mostra de ciência, tecnologia e inovação, a ExpoT&C; uma programação científica voltada para estudantes do ensino médio e técnico, e uma programação cultural, com apresentações de artísticas e culturais da região. Todas essas atividades são gratuitas.

21/12/2011 - Abertas as inscrições para a 64ª Reunião Anual da SBPC

Já estão abertas, no site <http://www.sbpnet.org.br/saoluís/home/>, as inscrições para a 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que será realizada de 22 a 27 de julho de 2012, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís (MA). O maior evento científico do Brasil traz, nesta edição, mais ações que favorecem a acessibilidade e a sustentabilidade, a começar pelo site da Reunião que foi programado para ser 100% compatível com programas que irão auxiliar deficientes visuais a acessar seu conteúdo; e também pela diminuição drástica do uso de papel impresso.

Como nos anos anteriores, o evento contará com centenas de atividades, entre conferências, simpósios, mesas-redondas, encontros e sessões especiais, das quais participarão cientistas renomados de todo o País para discutir políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação, educação, saúde e meio ambiente, além de difundir o conhecimento científico nas mais diversas áreas. Boa parte das atividades versará sobre o tema central do evento: “Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza”.

Durante o evento, será realizada diariamente uma sessão de pôster para apresentação de trabalhos científicos ou de técnicas ou experiências de ensino e aprendizagem. Serão oferecidos ainda dezenas de minicursos, cujos temas são de interesse tanto de universitários e pesquisadores como de professores do ensino básico.

A ExpoT&C, uma das maiores mostras de ciência, tecnologia e inovação, também consta da programação. Mais de uma centena de expositores, como universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento, estarão reunidos para apresentar ao público novas tecnologias, produtos e serviços. Haverá ainda uma programação voltada especialmente para estudantes do ensino básico, com oficinas, exposições, palestras e outras atividades que estimulem o interesse pela ciência. Tudo isso será permeado por apresentações de artísticas e culturais da região, que ocorrerão ao longo de todo o evento.

A Reunião Anual da SBPC é aberta ao público e gratuita. Qualquer pessoa pode participar, sem inscrição prévia, da maioria das atividades. A inscrição e o pagamento de taxa são necessários apenas para aqueles que pretendem apresentar trabalhos científicos, que queiram participar de um dos minicursos ou receber a programação impressa. Veja todas as regras no site do evento.

Inclusão e mais verde – Um dos principais avanços nesta Reunião são as ações de acessibilidade e sustentabilidade. Nesta edição, foi abolido o crachá, que será entregue apenas para a equipe envolvida no evento e nos casos em que a identificação imediata do participante é necessária. Os livros com informações sobre as atividades, como a programação científica, cultural, a ExpoT&C, mapas de localização e guias de serviços, estarão concentrados em um único volume, fornecendo somente informações essenciais.

Ao se inscrever na Reunião pelo site do evento, pessoas com alguma deficiência poderão solicitar, com antecedência, auxílio conforme suas necessidades. “A Universidade Federal do Maranhão está também em pleno movimento para disponibilizar ao público uma estrutura de acessibilidade bastante eficiente”, afirma a secretária geral da SBPC, Rute Maria Gonçalves de Andrade, responsável pela organização do evento. “A SBPC, sempre empreendendo ações para promover o progresso da educação e da ciência e, conseqüentemente, da sociedade brasileira, não poderia estar fora deste movimento pelo direito de todos ao acesso seja ao que for, onde, como e porque for”, enfatiza.

26/7/2011 - UFMA sediará 64ª Reunião Anual da SBPC

A capital do Maranhão, São Luís, será a cidade anfitriã da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a se realizar em julho de 2012 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O evento integrará as comemorações dos 400 anos do município, reconhecido pela UNESCO como patrimônio da Humanidade.

A capital do Maranhão, São Luís, será a cidade anfitriã da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a se realizar em julho de 2012 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O evento integrará as comemorações dos 400 anos do município, reconhecido pela UNESCO como patrimônio da Humanidade.

Uma delegação da prefeitura de São Luís e do governo estadual participou da cerimônia de encerramento da 63ª Reunião Anual da SBPC, realizada em meados de julho na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia. Na ocasião, estavam presentes a presidente da SBPC, Helena Nader; o diretor da SBPC, José Antonio Aleixo da Silva; o reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, e outros integrantes da Comissão Organizadora Local.

De São Luís vieram o secretário adjunto de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão, Almir Coêlho Sobrinho, representando a governadora maranhense Roseana Sarney; o prefeito de São Luís, João Castelo Ribeiro Gonçalves; o reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho; o vice-reitor da UFMA, Antonio José da Silva Oliveira; e a presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), Rosane Nassar Meireles Guerra.

O reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho, afirmou que não medirá esforços para proporcionar um evento que atenda aspirações da comunidade científica em 2012. O secretário adjunto de C&T do Estado do Maranhão, Almir Coelho Sobrinho, colocou o governo do Estado à disposição para fazer as parcerias necessárias para a realização do encontro. Já o prefeito de São Luís, João Castelo Ribeiro Gonçalves, destacou que colocará a 64ª Reunião Anual da SBPC como um dos eventos mais importantes nas comemorações dos 400 anos da cidade.

O prefeito trouxe em sua comitiva outros secretários municipais, como forma de demonstrar, para a SBPC e todos os parceiros, a importância que São Luís dará a esse encontro. “Vieram para prestigiar esse encontro e, junto comigo, dizer a todos que decidiram pela reunião em nossa cidade o nosso muito obrigado pela confiança”, declarou.